

Cadernos de Recursos Hídricos

PROPOSTA DE PROGRAMAS E AÇÕES

República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Marina Silva
Ministra

Agência Nacional de Águas - ANA

Diretoria Colegiada

José Machado – Diretor-Presidente
Benedito Braga
Oscar de Moraes Cordeiro Netto
Bruno Pagnoccheschi
Dalvino Troccoli Franca

Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos

João Gilberto Lotufo Conejo

Superintendência de Usos Múltiplos

Joaquim Guedes Corrêa Gondim Filho

Superintendência de Conservação de Água e Solo

Antônio Félix Domingues

Superintendência de Outorga e Cobrança

Francisco Lopes Viana

Superintendência de Fiscalização

Gisela Damm Forattini

Superintendência de Apoio a Comitês

Rodrigo Flecha Ferreira Alves

Superintendência de Informações Hidrológicas

Valdemar Santos Guimarães

Superintendência de Tecnologia e Capacitação

José Edil Benedito

Superintendência de Administração e Finanças

Luis André Muniz

Assessoria de Orçamento e Controle

Anna Flávia de Senna Franco

**AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

PROPOSTA DE PROGRAMAS E AÇÕES

*Assessoria de Orçamento e Controle
Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos*

EQUIPE TÉCNICA

*Magaly Vasconcelos Arantes de Lima
Maria Fania Vieira Zica de Lima
Milton Cesário de Lima
Marly Cunha Terrel*

***Brasília – DF
Maio – 2005***

© Agência Nacional de Águas – ANA
Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Blocos B, L e M
CEP 70610-200, Brasília – DF
PABX: 2109-5400
Endereço eletrônico: <http://www.ana.gov.br>

Equipe editorial:

Supervisão editorial: AOR

Elaboração dos originais: AOR

Revisão dos originais: AOR

Editoração eletrônica dos originais: AOR

Projeto gráfico, editoração e arte-final:

Capa e ilustração: SPR

Diagramação:

Todos os direitos reservados

É permitida a reprodução de dados e de informações contidos nesta publicação, desde que citada a fonte.

CIP-Brasil (Catalogação-na-publicação)

ANA - CDOC

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. DIAGNÓSTICO- VISÃO PRELIMINAR: ASPECTOS PRIORITÁRIOS E PROGRAMAS	2
2.1. IDENTIFICAÇÃO DOS ASPECTOS / TEMAS PRIORITÁRIOS RELACIONADOS AOS RECURSOS HÍDRICOS	2
2.1.1 Abordagem 1 – Desenvolvimento e Usos Múltiplos de Recursos Hídricos: Identificação dos Setores e Aspectos Relacionados às Pressões, Impactos e Conflitos Sobre os Recursos Hídricos	2
2.1.2 Abordagem 2: Gerenciamento e Controle de Recursos Hídricos e Meio Ambiente: Aspectos relacionados à Gestão, Prevenção e Recuperação dos recursos hídricos	5
2.2. PLANOS, PROGRAMAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS AFETOS AOS ASPECTOS E TEMAS RELACIONADOS COM RECURSOS HÍDRICOS	8
2.2.1. Plano Plurianual 2004-2007 - PLANO BRASIL DE TODOS	8
2.2.2 Os Programas e os Temas Prioritários para o PNRH	11
2.2.3 Principais Instituições e os Programas afetos aos Recursos Hídricos	21
2.3. INGRESSOS INTERNACIONAIS RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS	24
3. ANÁLISE: O CONTEXTO DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL E A EFETIVIDADE PARA O SETOR DE RECURSOS HÍDRICOS	35
3.1 COMPOSIÇÃO GLOBAL DOS ORÇAMENTOS	36
3.1.1 Programação por Poder e Órgão	36
3.1.2 Programação por Função de Governo	39
3.1.3 Programação por Região e Unidade Federada	41
3.2 EVOLUÇÃO COMPARATIVA DOS ORÇAMENTOS DO GOVERNO FEDERAL	42
3.3 DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO PPA: Abordagem 1 x Abordagem 2	44
4. PROPOSIÇÕES: DIRETRIZES PARA CONCEPÇÃO E REFORMULAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS PARA O PNRH	46
4.1 AVALIAÇÃO E REVISÃO DE PROGRAMAS DO PPA: Incorporação dos Cenários apontados pelo PNRH	47
4.2 ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E INTERINSTITUCIONAL	49
4.3 PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS	50
4.4 INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA A SUSTENTABILIDADE HÍDRICA EM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	50
4.5 INFORMAÇÕES INTEGRADAS SOBRE RECURSOS HÍDRICOS: Base de Referência para Integração de Programas e Projetos	51

Lista de Tabelas e Figuras

Tabela 1 – Principais Aspectos dos Recursos Hídricos das Regiões Hidrográficas Brasileiras	4
Tabela 2 – Abordagem 2	6
Tabela 3 – Previsão de Alocação de Recursos pelo Governo Federal	12
Tabela 4 - Os Programas da Abordagem 1: Desenvolvimento e Usos Múltiplos da Água	15
Tabela 5 - Os Programas da Abordagem 2 – Gerenciamento e Controle de Recursos Hídricos	18
Tabela 6 - Participação Dos Setores Na Carteira Brasileira De Projetos Internacionais	25
Tabela 7 - Projetos Internacionais – Por Região e Setor	27
Tabela 8 - Projetos Internacionais – por Região e Abordagem	31
Tabela 9 - ABORDAGEM 1: Doações e Financiamentos Externos – Projetos Internacionais	32
Tabela 10 - ABORDAGEM 2 – Doações e Financiamentos Externos – Projetos Internacionais	33
Tabela 11 - ABORDAGEM 1 e 2 – Doações e Financiamentos Externos – Projetos Internacionais	35
Tabela 12 – Despesas em 2004 por Poder e Órgão	37
Tabela 13 – Recursos Hídricos e a Transversalidade Institucional	38
Tabela 14 – Despesa (*) por Função de Governo	40
Tabela 15 – Despesas por Região e Unidade Federada	41
Figura 1 – Evolução Comparativa dos Orçamentos do Governo Federal 2000 a 2004	42
Figura 2 – Evolução dos Orçamentos do Governo Federal em Gestão Ambiental	43
Figura 3 – Orçamento do MMA em Gestão Ambiental e em Recursos Hídricos	43
Figura 4 – Ações com Impacto em Recursos Hídricos	44
Figura 5 – Ações do PNRH: Regionalização dos Recursos	45
Figura 6 – Tema 1: Agricultura	46
Tabela 16 – Programas Setoriais a serem trabalhados	48

1. INTRODUÇÃO

Os estudos existentes destacam a evolução dos aspectos legais, institucionais e técnicos, as visões dos setores usuários de recursos hídricos e o panorama das regiões hidrográficas do País, bem como o estado, as pressões e os impactos sobre os recursos hídricos e algumas soluções para os conflitos e impactos causados.

Este documento pretende, de maneira preliminar, diagnosticar e analisar a atuação dos programas governamentais no que se refere a sua interface com os recursos hídricos, e apontar diretrizes e indicadores para adequação das propostas de programas e projetos com vistas ao alcance do cenário almejado pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos.

O desenvolvimento deste tema, estará orientado para os seguintes objetivos:

- Propiciar a efetividade das metas do Plano de Ação do PNRH, através da implementação de programas governamentais com metas e resultados compatíveis com as diretrizes do plano;
- Contribuir para uma visão integrada da Política Nacional de Recursos Hídricos, no âmbito das Políticas Setoriais, dos Programas e Projetos de Governo;
- Propiciar a articulação dos diversos programas multissetoriais que interferem de maneira relevante nos recursos hídricos.

Os estudos estão organizados e foram desenvolvidos em três etapas básicas, relacionadas a seguir:

1ª FASE : Diagnóstico:

- Identificar e analisar os aspectos/temas e setores prioritários afetos às questões relacionadas aos recursos hídricos.
- Levantar o conjunto de Programas e Projetos de Governo, no âmbito federal, e os acordos internacionais relacionados aos temas identificados como prioritário.

2ª FASE : Análise:

- Identificar os gargalos e fragilidades relativas ao contexto de programas e projetos existentes, tendo como referência o alcance das diretrizes e metas do PNRH.

3ª FASE: Proposição:

- Diretrizes para a proposição e adequação de Programas e Projetos.

Os subsídios apresentados buscam, de forma preliminar, orientar o debate, através de uma proposição metodológica que destaca os aspectos considerados prioritários, e os programas e ações que, em uma primeira aproximação, deverão ser avaliados para o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O aprofundamento da proposta deverá estar em consonância com o processo de desenvolvimento das consultas regionais, as quais deverão ser incorporadas aos estudos nas fases posteriores de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

2. DIAGNÓSTICO- VISÃO PRELIMINAR: ASPECTOS PRIORITÁRIOS E PROGRAMAS

2.1. IDENTIFICAÇÃO DOS ASPECTOS / TEMAS PRIORITÁRIOS RELACIONADOS AOS RECURSOS HÍDRICOS

Para consolidar uma síntese dos principais aspectos que apresentam relevância quanto a sua interação com recursos hídricos, nas regiões hidrográficas do País, foram adotados como base de referência duas grandes abordagens, abaixo relacionadas:

- Aspectos relacionados a conflitos, pressões e impactos sobre os recursos hídricos, decorrentes do processo de desenvolvimento e do uso múltiplo da água; e,
- Aspectos relacionados à gestão, prevenção e mitigação das vulnerabilidades relacionadas aos recursos hídricos.

A partir destas duas abordagens, foram identificados os Temas e Sub-temas que nortearão a pesquisa e o levantamento dos Programas e Projetos que apresentam interface com os recursos hídricos, seja pela pressão pelo uso ou pelo impacto causado à água, ou por sua ação positiva no sentido de promover o gerenciamento, a prevenção e recuperação dos recursos hídricos.

2.1.1 Abordagem 1 – Desenvolvimento e Usos Múltiplos de Recursos Hídricos: Identificação dos Setores e Aspectos Relacionados às Pressões, Impactos e Conflitos Sobre os Recursos Hídricos

Trata da identificação dos principais aspectos e setores vinculados à implementação das Políticas de Desenvolvimento que apresentam significativa pressão ou conflitos sobre os recursos hídricos, em função dos fatores abaixo relacionados:

- Atendimento a demandas hídricas: trata do atendimento a demandas de usos consuntivos, ou seja, onde ocorre consumo significativo de água, e de usos não-consuntivos, onde a água, para efeitos práticos, não é consumida. No primeiro grupo encontra-se o abastecimento público, dessedentação animal, uso industrial, irrigação, etc.; no segundo grupo, geração de energia elétrica, transporte hidroviário, turismo e lazer, aquíicultura e pesca; quando existe um excesso de demanda ante as disponibilidades hídricas, surgem os conflitos de uso, que merecem atenção especial;
- Impactos ambientais dos usos da água e solo: trata dos impactos no meio natural e social dos resíduos ou efeitos deletérios produzidos pelo atendimento às demandas hídricas ou aqueles decorrentes do uso inadequado do solo nas áreas urbana e rural. Entre estes, encontram-se as alterações nos regimes dos corpos de água e nos aspectos qualitativos, pelo lançamento de efluentes domésticos, industriais e agropecuários, pela navegação e geração de energia hidrelétrica, práticas agrícolas inadequadas, desmatamento, queimadas, mineração, etc.
- Eventos hidrológicos críticos: abrangem os riscos à saúde e ao patrimônio humanos, derivados de fenômenos hidrológicos extremos, cheias e estiagens, e a contaminação da água, geralmente associada a acidentes com vazamento de produtos químicos ou, também, associada com os níveis de tratamento insuficiente da água potável e à inexistência de coleta e tratamento de efluentes;

Com base nos dados e análises apresentadas nos capítulos antecedentes, em estudos anteriores e outras informações secundárias, foram identificados, preliminarmente, em cada região

hidrográfica, os aspectos associados a cada tema, adotando-se uma escala de três níveis de relevância:

- nível 1: tema de destaque, significando um importante problema ou oportunidade;
- nível 2: tema de importância, mas com destaque menor que o nível anterior;
- nível 3: tema secundário, de pouco destaque para a região.

Na Tabela 1 é apresentado o resumo dos aspectos mais relevantes para os recursos hídricos, identificados para as regiões hidrográficas brasileiras, utilizando os níveis de avaliação para cada tema. Esse exercício ajuda a visualizar, preliminarmente, quais são os principais problemas e oportunidades relacionados aos recursos hídricos no País, no âmbito nacional.

Como se observa a partir de uma análise da tabela, os principais aspectos que aparecem em quase todas as regiões hidrográficas estão associados aos seguintes temas:

- **Abastecimento de água:** problemas associados à garantia de disponibilidade hídrica à população não atendida com água potável e à poluição de mananciais;
- **Efluentes urbanos:** deterioração da qualidade da água causada pelos efluentes domésticos e industriais lançados nos corpos hídricos das bacias onde estão localizados os grandes centros urbanos. Além desses efluentes, destacam-se a drenagem urbana inadequada e a disposição e tratamento inadequados dos resíduos sólidos;
- **Inundações ribeirinhas e urbanas:** inundações resultantes do uso e ocupação inadequados de áreas ribeirinhas e devido ao aumento da taxa de urbanização das cidades;
- **Conflitos entre usuários da água:** identificam-se como principais conflitos os seguintes usos: controle de inundações e geração de energia hidrelétrica; irrigação e abastecimento público; irrigação e geração de energia hidrelétrica; geração de energia hidrelétrica e navegação; abastecimento público e lançamentos de efluentes; geração de energia hidrelétrica e pesca; turismo e lazer e lançamentos; e entre o propósito de preservação ambiental e os usos consuntivos excessivos e usos que causem diminuição da qualidade da água;
- **Doenças de veiculação hídrica:** principalmente causadas pela falta de acesso à água potável e pelo tratamento inadequado ou ausente dos efluentes, vinculadas aos grandes centros urbanos;
- **Turismo e lazer:** os aspectos de recreação e turismo são de importância socioeconômica no País e mantêm estreita relação com os recursos hídricos, nas regiões costeiras, lagos e reservatórios. Esse uso está relacionado à qualidade da água, à balneabilidade e à harmonia paisagística;
- **Impactos derivados do uso e ocupação inadequados do solo:** associados ao desmatamento, queimadas, poluição, contaminação e erosão nas áreas agrícolas, e urbanização desordenada.

Tabela 1 – Principais Aspectos dos Recursos Hídricos das Regiões Hidrográficas Brasileiras

TEMA	Região Hidrográfica											
	Amazonas	Tocantins Araguaia	Costeira NE Occidental	Parnaíba	Costeira NE Oriental	São Francisco	Costeira do Leste	Costeira Sudeste	Costeira Sul	Uruguai	Paraná	Paraguai
Atendimento a demandas hídricas												
Abastecimento de água	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2
Irrigação	3	1	3	2	1	1	2	2	1	1	1	2
Energia hidrelétrica	1	1	3	2	3	1	3	1	3	1	1	3
Navegação	1	1	2	2	3	2	3	3	1	2	1	1
Recreação / turismo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1
Aqüicultura / Pesca	1	1	2	2	2	2	2	3	1	3	2	1
Conflitos entre usos	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Impactos ambientais sobre a água												
Efluentes urbanos domésticos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Efluentes industriais	3	3	2	2	2	2	1	1	1	1	1	2
Navegação (riscos, efeitos de alteração da via)	2	1	3	2	3	3	3	3	2	3	2	1
Energia hidrelétrica (barragens)	1	1	3	2	3	1	3	2	3	1	1	1
Mineração: degradação e efluentes	1	1	3	3	3	1	1	1	1	3	2	1
Agropecuária (Desmatamento)	1	1	1	2	2	1	1	1	1	2	2	1
Agropecuária (Erosão do solo)	3	2	2	2	2	1	2	2	2	1	1	1
Agricultura (Queimadas)	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1
Agricultura (Poluição difusa do uso de agrotóxicos)	3	1	2	2	2	2	2	2	2	1	1	2
Impactos nos sistemas costeiros	3	2	1	1	1	2	1	1	1	3	3	3
Eventos hidrológicos Críticos												
Inundações	1	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1
Desertificação	3	3	3	3	2	2	3	3	3	2	3	3
Doenças de veiculação hídrica	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2

Nível de Avaliação: 1) destacado, tema de grande relevância na região; 2) com importância, tema de relevância, mas de menor destaque na região; 3) secundário, tema não citado ou sem relevância para a região. Alguns dos aspectos foram incluídos, mesmo sem citação direta no texto, em função de sua importância

2.1.2 Abordagem 2: Gerenciamento e Controle de Recursos Hídricos e Meio Ambiente: Aspectos relacionados à Gestão, Prevenção e Recuperação dos recursos hídricos

Trata de questões e temas relacionados à implementação do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

- ***Gestão Institucional e Regulatória:*** temática relacionada à Política e ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, compreendendo as questões institucionais, o arcabouço jurídico e organizacional associado, principalmente, aos limites de bacias, mas com rebatimento nas jurisdições estaduais, em articulação com a Federal; e envolve a implementação de entidades, instrumentos e mecanismos de gestão, previstos na Política Nacional.

Dentro deste tema são elencados os seguintes subprogramas: ordenamento institucional e desenvolvimento da base legal; articulação intersetorial e interinstitucional; planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos (relacionado com o plano de bacia, enquadramento, outorga, cobrança e fiscalização; sistema de informações e monitoramento; capacitação e desenvolvimento científico e tecnológico).

Instrumentos legais: constata-se que diversos estados da federação ainda estão em processo inicial de implementação e regulamentação de suas legislações;

Sistema e Instrumentos de gestão: observa-se um processo ainda incipiente da instituição dos comitês e das agências de bacia, além da elaboração dos planos de recursos hídricos e implementação de enquadramento, outorga, cobrança, fiscalização e sistema de informação;

Monitoramento e previsão hidrológica: limitações da rede de monitoramento quantitativo que necessita modernização e ampliação para cobrir pequenas bacias rurais e urbanas, além da melhoria do monitoramento de sedimentos e da qualidade da água. Observa-se ainda a falta de sistemas de previsão e alerta antecipado das condições hidroclimáticas;

Capacitação e Educação Ambiental: investimentos em capacitação e educação ambientais, voltados aos recursos hídricos.

- ***Gerenciamento Integrado:*** trata do gerenciamento dos usos múltiplos e dos principais impactos ambientais e socioeconômicos (Tabela a seguir). Os subprogramas apresentados para discussão são: despoluição da água, conservação e uso racional da água, controle do impacto do uso do solo sobre os sistemas hídricos, redução dos efeitos dos eventos hidrológicos críticos e uso múltiplo, integrado e sustentável dos recursos hídricos.

Tabela 2 – Abordagem 2

Aspectos relacionados à gestão nacional dos componentes da Política e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos previstos na legislação, sejam institucionais, legais ou técnicos	
Aspectos Prioritários	Descrição
1 Planejamento, Fortalecimento Institucional, Base Legal e Regulação	<p>Trata da composição da governança associada à gestão dos recursos hídricos e da harmonização dos aspectos legais e institucionais bem como desenvolvimento dos instrumentos previstos na legislação de recursos hídricos relacionados aos Planos de Recursos Hídricos, no âmbito estadual e de bacias hidrográficas, articulados com o Plano Nacional, e da implementação dos instrumentos de regulação dos usos de recursos hídricos</p> <p>1.1-Apoio ao SINGREH</p> <p>1.2 Adequação e complementação do marco legal e institucional</p> <p>1.3-Implementação do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos em bacias hidrográficas (Comitês, Agências e Consórcios Intermunicipais)</p> <p>1.4-Elaboração de Planos de Recursos Hídricos</p> <p>1.5-Desenvolvimento de Sistemas de enquadramento, outorga, cobrança e fiscalização</p> <p>1.6 Desenvolvimento de sistemas tecnológicos de apoio ao desenvolvimento dos planos e do sistema de outorga, cobrança e fiscalização</p>
2. Informação, Monitoramento, Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Capacitação	<p>Coleta, processamento e disponibilização das informações climáticas, hidrológicas, piezométricas, sedimentométricas e de qualidade da água. Sistematização e modernização da rede de monitoramento. Fortalecimento e criação de bases para a pesquisa e formação de pessoal voltado para a solução dos problemas de recursos hídricos. Formação de profissionais de nível técnico e superior, para o gerenciamento dos recursos hídricos e capacitação que atenda aos Estados e às Agências de Bacia em sua fase inicial de implementação ou de estruturação institucional na área de recursos hídricos.</p> <p>2.1- Rede de Informações hidrológicas</p> <p>2.2-Processamento, armazenamento e difusão das informações</p> <p>2.3-Sistema de informações sobre recursos hídricos das bacias hidrográficas</p> <p>2.4-Capacitação</p> <p>2.5-Desenvolvimento Científico e Tecnológico</p> <p>2.6-Educação Ambiental</p>

Aspectos relacionados à prevenção e ao monitoramento dos principais impactos sobre os recursos hídricos, à conservação e à recuperação de solo e água e ao uso racional dos recursos hídricos.	
Subprograma	Descrição
1. Prevenção e Controle de Eventos Hidrológicos Hídricos e Riscos Ambientais	<p>3.1-Mapeamento das áreas de risco de inundações e secas freqüentes; envolvendo: (a) gerenciamento das inundações ribeirinhas por meio de medidas não-estruturais e definição de legislação de segurança para as barragens; (b) controle das inundações devido à urbanização.</p> <p>3.2-Planejamento de medidas estruturais e não estruturais mitigadoras e preventivas referentes ao controle das inundações e das secas.</p> <p>3.3-Mitigação dos efeitos das secas e racionamento</p>
2. Despoluição de Bacias, Tratamento de Efluentes	<p>2.1-Avaliação e mitigação dos impactos da poluição produzida por fontes urbanas domésticas, industriais, de mineração e não pontuais como a agropecuária e escoamento pluvial urbano;</p> <p>2.2-Desenvolvimento de subprogramas para minimizar a carga resultante das fontes de poluição citadas;</p> <p>2.3-Implementação de sistemática de monitoramento e fiscalização</p> <p>2.4-Principais setores: (a)Urbano, (b)Industrial, (c) Mineração, (d)Agropecuária, (e)Fontes difusas</p>
3. Conservação, Recuperação, Uso Racional da Água e Revitalização de Bacias Hidrográficas	<p>3.1-Avaliação da eficiência do uso da água nos setores usuários;</p> <p>3.2-Desenvolvimento e implementação de tecnologia para o uso eficiente, racionalização e reuso da água nos vários setores;</p> <p>3.3-Realização de campanhas voltadas ao uso eficiente e racional da água. Principais setores: (a) Urbano; (b) Industrial; (c) Agropecuária; (d) Reuso da Água.</p> <p>3.4-Avaliação do impacto da alteração do uso e ocupação do solo sobre os sistemas hídricos.</p> <p>3.5-Compatibilização de práticas, técnicas e experiências no planejamento do uso e ocupação do solo rural e urbano, com vistas à conservação de solo e água</p> <p>Principais aspectos: (a) Proteção de mananciais; (b) Planejamento da ocupação urbana; (c) Mineração e erosão de solo; (d) Uso agrícola e conservação do solo; (e) Recuperação de áreas degradadas.</p>

2.2. PLANOS, PROGRAMAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS AFETOS AOS ASPECTOS E TEMAS RELACIONADOS COM RECURSOS HÍDRICOS

2.2.1. Plano Plurianual 2004-2007 - PLANO BRASIL DE TODOS

O Plano Plurianual – PPA 2004-2007, denominado pelo Governo Federal de “Plano Brasil de Todos”, sancionado pelo Presidente da República como Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, e a Lei Orçamentária Anual nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, estabelecem as orientações estratégicas, ações, metas e valores a serem aplicados pelo Governo, no período de quatro anos, e em especial no primeiro ano de vigência do Plano. O mesmo acontece com os PPA’s dos Estados, que passam pela aprovação das respectivas Assembléias Legislativas.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DE GOVERNO: MegaObjetivos e Desafios de Interesse para o PNRH.

O Plano Plurianual de Governo, aprovado pelo Congresso Nacional, estabelece a estratégia de desenvolvimento do País, no prazo de quatro anos, destacando como grandes metas: inclusão social e desconcentração de renda com vigoroso crescimento do produto e do emprego; crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos, e por elevação da produtividade; redução da vulnerabilidade externa por meio da expansão das atividades competitivas que viabilizam esse crescimento sustentado; e fortalecimento da cidadania e da democracia.

Essa estratégia foi decomposta em **três MegaObjetivos**. O primeiro refere-se à dimensão social, e visa à inclusão social e a redução das desigualdades sociais; o segundo reúne de forma articulada as dimensões econômica, regional e ambiental, e objetiva o crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; e o terceiro refere-se à dimensão democrática, direcionado à promoção e expansão da cidadania e ao fortalecimento da democracia.

Estes 3 MegaObjetivos foram decompostos em 30 Desafios, que expressam grandes alvos que levam à superação de obstáculos à implementação da estratégia de desenvolvimento. Os desafios são enfrentados por meio de 379 Programas, que contemplam 4.465 Ações.

Desse conjunto, alguns programas se destacam pela identidade e interfaces com as ações no âmbito da área de recursos hídricos. Estão destacados a seguir, em linhas gerais, os programas do PPA 2004-2007, que estabelecem uma vinculação mais forte entre os megaobjetivos e diretrizes de governo e os interesses para o PNRH.

No **MEGAOBJETIVO I - *Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais***, há que se destacar o desafio: “Implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente”.

O **Programa Saneamento Ambiental Urbano** que contempla ações para propiciar a ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, o controle de qualidade da água para consumo humano, o combate ao desperdício de água, a drenagem urbana, a remoção de cargas poluidoras de bacias hidrográficas, os serviços de coleta e disposição final de resíduos sólidos urbanos, destaca-se como instrumento de ação governamental, nesse campo.

No período do PPA 2004-2007, as metas nacionais para o saneamento são a de beneficiar 9 milhões de famílias, aumentando a taxa de cobertura dos serviços urbanos de abastecimento de água de 92,4% para 93,5%, bem como a taxa de cobertura dos serviços urbanos de coleta de esgoto de 50,9% para 57,9%. No caso dos resíduos sólidos, a meta é ampliar a taxa de atendimento domiciliar com serviços de coleta de lixo de 91,1% para 93,1%, bem como a taxa de municípios com disposição adequada de resíduos sólidos de 29% para 43%. Esses investimentos estarão associados a estudos, planos e projetos, capacitação de recursos humanos e reformulação dos marcos regulatórios, fiscalização, apoiados na educação ambiental e na gestão do uso e ocupação do solo.

O MEGAOBJETIVO II - *Crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais* - dentre os onze Desafios contemplados em suas dimensões econômica, regional e ambiental previstas no PPA 2004-2007, destaca-se o de “Impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável”.

Um dos maiores desafios para os próximos anos é garantir condições básicas de provisão de infra-estrutura para a economia e a sociedade. O PPA prevê a expansão e a modernização da infra-estrutura de maneira a impulsionar o crescimento, elevar a competitividade sistêmica nacional, reduzir o Custo Brasil e, ao mesmo tempo, satisfazer o compromisso com a melhoria na distribuição social e regional da renda, e com a preservação do meio ambiente.

A adversidade de condições climáticas a que estão submetidas muitas áreas do território nacional, notadamente a seca, recebeu no PPA tratamento prioritário.

O Programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – Conviver objetiva reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas da população das áreas do semi-árido com incidência de seca – envolve a integração de uma série de projetos de irrigação das zonas semi-áridas, com os componentes de formação e capacitação de recursos humanos, acesso e desenvolvimento de novas tecnologias, saúde, saneamento e educação.

No Conviver incluem-se, dentre outras ações, o projeto de acordo de empréstimo internacional do **Proágua Semi-Árido**, cuja finalidade é o aumento da oferta de água para o consumo humano e para a produção, por meio do fortalecimento dos órgãos gestores de Recursos Hídricos da região (componente de Gestão- coordenado pela ANA) e da execução de obras estruturantes tais como barragens, açudes e adutoras (componente Infra-estrutura – coordenado pelo MI). A meta do projeto é implantar cerca de 2.000 km de adutoras e acumular aproximadamente 5 bilhões de metros cúbicos de reserva, em municípios carentes de água em quantidade e qualidade, gerando 80 mil empregos. O Proágua tem características de integração social, norteadas pela implantação de um padrão de convivência do sertanejo com a escassez de água. Até dezembro de 2005, serão beneficiados cerca de 3,7 milhões de pessoas e 200 comunidades, com fornecimento de água de boa qualidade e a geração de 2.000 empregos diretos.

O Programa Eficiência na Agricultura Irrigada objetiva aumentar a eficiência dos recursos envolvidos na produção agrícola irrigada, beneficiando irrigantes públicos e privados, e está direcionado predominantemente ao Nordeste e tem por meta promover uma economia de aproximadamente 10% da água atualmente empregada na irrigação.

O Programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada que objetiva aumentar a área irrigada como meio de promoção do desenvolvimento regional, visando a geração de empregos e distribuição da renda, dedica seus maiores esforços para aquelas áreas em que as condições climáticas não permitem garantir uma produção agrícola sustentável. A meta para o quadriênio é

incorporar 100.000 ha de áreas em projetos públicos, atualmente em diferentes estágios de implantação e operação, correspondendo a um aumento de 83% sobre a área irrigada atual.

O **Programa Integração de Bacias Hidrográficas** tem por objetivo integrar os recursos hídricos nas Bacias com baixa disponibilidade de água, elevando a vazão nessas Bacias para 75 m³/s com as águas do rio São Francisco, principalmente nas Bacias intermitentes do Nordeste Setentrional, o que contribuirá para perenizar o fluxo hídrico nas regiões mais castigadas pela seca.

Há que destacar, ainda, o Desafio de “*melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental*”. Muito recentemente os recursos hídricos vêm-se constituindo em foco de políticas públicas, seja na proteção aos mananciais em áreas de risco, nos centros urbanos ou em áreas degradadas, seja na regulação do acesso e do uso de suas fontes. Todavia, as nascentes e corpos d’água continuam sofrendo fortes pressões, tanto pelo uso e ocupação irregulares das cabeceiras, quanto pela destruição das matas ciliares e pelo lançamento de efluentes domésticos e industriais.

No âmbito do **MEGAOBJETIVO III – voltado para a promoção e expansão da cidadania e para o fortalecimento da democracia**, destacam-se os Conselhos Nacionais do Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacias Hidrográficas, como instancias estratégicas de implementação da construção, consolidação ou democratização dos espaços formais de controle social das políticas ambientais e de sustentabilidade na área dos recursos hídricos. Os **programas Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos e Gestão da Política do Meio Ambiente** que objetivam coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de recursos hídricos e de meio ambiente deverão contribuir para o funcionamento dos sistemas de gestão das respectivas áreas.

Por intermédio do **Programa PROBACIAS**, deverão ser implementados os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, para efetivar a gestão descentralizada e participativa no âmbito dos comitês de bacias, integrando as ações e diretrizes locais, regionais, estaduais e federais. Serão desenvolvidas ações de apoio a projetos dos comitês de bacias hidrográficas, fiscalização, outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos. A principal meta para o quadriênio é implantar o gerenciamento integrado dos recursos hídricos em seis bacias hidrográficas.

O **Programa Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas**, de forma complementar, visa melhorar a eficiência do uso dos recursos hídricos, a conservação e a qualidade das águas, por meio de ações de financiamento de projetos visando recuperação e/ou ampliação das disponibilidades hídricas, o monitoramento ambiental da qualidade dos recursos hídricos e de fomento a projetos demonstrativos de uso racional da água.

O **Programa Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental**, de forma integrada ao sistema de gestão das bacias, visa revitalizar a bacia hidrográfica do São Francisco e outras bacias em situação de vulnerabilidade ambiental e promover a prevenção e a mitigação de potenciais impactos decorrentes da implantação de projetos nacionais prioritários ou de crescente e concentrada ação antrópica com elevado comprometimento ambiental dessas bacias.

Além disso, cerca de 20% da biodiversidade do planeta estão concentrados no Brasil, porém, em parte já comprometidos e o restante ameaçado em níveis avançados. Destacam-se no âmbito do

PPA ações voltadas à criação e consolidação de unidades de conservação de uso sustentável e de proteção integral, sobretudo em regiões como o Cerrado, a Caatinga e a Mata Atlântica, os Campos Sulinos, a Zona Costeira e de Marinha, expresso no **Programa Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros**.

O Programa Desenvolvimento Sustentável do Pantanal, que de forma mais ampla prevê a promoção do desenvolvimento sustentável da bacia do Alto Paraguai, incentivando atividades econômicas ambientalmente compatíveis com o ecossistema, e em particular a implantação de práticas de gerenciamento de recursos hídricos na bacia do Alto Paraguai.

O Programa Prevenção de Riscos e Combate às Emergências Ambientais que busca prevenir riscos e combater emergências ambientais, deverá reduzir o prazo médio de concessão de licenciamento ambiental de 120 para 60 dias buscando formas de atendimento satisfatório às emergências ambientais.

2.2.2 Os Programas e os Temas Prioritários para o PNRH

As áreas de atuação do PNRH são amplas e a quantidade de Programas e Ações governamentais que podem conter um potencial de relacionamento com as ações do Plano são igualmente muito abrangentes envolvendo diversos Ministérios. Em outras palavras, isto significa potenciais investimentos nas bacias hidrográficas, sejam em infra-estrutura, gestão e melhorias nos mais diversos setores de atividade, contribuindo não só para a implementação do desenvolvimento econômico das atividades estratégicas, como também para a implementação da política de recursos hídricos no País, e para a melhoria da qualidade de vida da população residente na bacia hidrográfica.

Para identificação dos principais Programas e Ações governamentais afetos ao setor de recursos hídricos foram, inicialmente, associados aos Aspectos Prioritários relacionados a recursos hídricos, os temas governamentais relacionados às funções e subfunções programáticas nas esferas setoriais (Ministérios), no sentido de se levantar preliminarmente o escopo de programas a serem diagnosticados.

O Banco de Dados foi estruturado utilizando-se como sistema operacional a planilha “Excel”, do , tanto pela facilidade operacional como pela possibilidade de as informações poderem ser salvas em um formato de arquivo XML nativo que pode ser manipulado e pesquisado por qualquer program que processe o XML padrão de mercado.

Como metodologia de trabalho, procedeu-se, em primeiro plano, à seleção das subfunções constantes do Manual Técnico do Orçamento, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que têm correlação com o tema em foco, ou seja, recursos Hídricos.

Com base nas classificações orçamentárias das Ações, por meio do Sistema de Administração Financeira – SIAFI, do Governo Federal, disponibilizado no site da Câmara Federal, foram identificados todos os Programas constantes da LOA 2004, classificadas nas subfunções selecionadas, considerados de interesse do PNRH.

Numa primeira etapa, foram inseridas no Bando de Dados, todas as Ações dos Programas selecionados, classificadas nas subfunções de interesse e que guardassem, efetivamente, relação com o PNRH.

Em seguida, adotou-se como sistemática de trabalho, duas grandes Abordagens: uma voltada ao DESENVOLVIMENTO E USOS MÚLTIPLOS DE RECURSOS HÍDRICOS, e uma segunda,

voltada ao GERENCIAMENTO E CONTROLE DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE. Nestas grandes Abordagens foram incluídas subdivisões, com Abordagens por TEMAS e SUBTEMAS, de forma a propiciar várias possibilidades de cruzamento das informações levantadas, como subsídio à elaboração do Plano.

As Ações foram classificadas segundo a metodologia de trabalho, identificando-se os Programas e Ações afetos às Abordagens 1 e 2, seus Temas e Subtemas.

Em seguida, com base na Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007, foram inseridas as Ações cuja execução não foi prevista na Lei Orçamentária de 2004, bem como a classificação por função / subfunção, produtos, unidades de medida, metas, regionalização e valores.

A partir do levantamento dos Programas e Ações identificados por tipo de Abordagem foi possível consolidar o quadro a seguir, compreendendo a interface com 16 diferentes Ministérios, além da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca SEAP, da Presidência da República PR, totalizando 166 Programas e 967 Ações levantadas, no âmbito Federal.

Para o conjunto de Programas e Ações levantado está prevista a aplicação, no âmbito da Lei do PPA 2004/2007, do montante de recursos da ordem de R\$ 41 bilhões, sendo R\$ 34 bilhões aos Programas e Ações identificados no âmbito da Abordagem 1, relacionadas às ações de desenvolvimento ligadas aos principais setores que interferem nos recursos hídricos, e, R\$ 6,8 bilhões em ações relativas a Abordagem 2, voltadas para o gerenciamento, a conservação e a recuperação dos recursos hídricos, conforme explicitado no quadro a seguir:

Tabela 3 – Previsão de Alocação de Recursos pelo Governo Federal

PREVISÃO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS PELO GOVERNO FEDERAL EM AÇÕES RELACIONADAS AOS RECURSOS HÍDRICOS NO PLANO PLURIANUAL 2004-2007	Órgãos Envolvidos	R\$ 1	Quantidade	
		41.090.174.110	Progra- mas	Ações
Abordagem 1 - DESENVOLVIMENTO E USOS MÚLTIPLOS DE RECURSOS HÍDRICOS		34.192.126.538	86	652
Tema 1.1 - Saneamento, Abastecimento e Drenagem	MCid, MI, MP, MS	4.512.490.987	14	91
Sub-tema 1.1.a - Drenagem Urbana	MI, MCid, MS	607.928.657	2	17
Sub-tema 1.1.b - Sistema Sanitário e Abastecimento de Água (*)	MI, MCid, MS	2.398.941.550	6	55
Sub-tema 1.1.c - Gerenciamento e Ação Social	MCid, MS, MP	516.762.645	5	13
Sub-tema 1.1.d - Melhoria da Habitabilidade	MCid	988.858.135	1	6
Tema 1.2 – Agricultura	MD, MDA, MAPA, MI, MME	5.620.842.098	16	194
Sub-tema 1.2.a - Assistência, Extensão, Capacitação, Promoção, Pesquisa e Informação	MDA, MI, MAPA, MD	2.278.734.427	8	36
Sub-tema 1.2.b - Regularização Fundiária, Assentamentos e Reforma Agrária	MDA	977.795.209	4	13
Sub-tema 1.2.c - Projetos de Irrigação (*)	MME, MI	2.087.142.527	3	65

Sub-tema 1.2.d - Transferência da Gestão de Perímetros de Irrigação	MI	277.169.935	1	80
Tema 1.3 – Navegação	MD, MDIC, MT, SEAP/PR	1.275.359.780	11	20
Sub-tema 1.3.a - Operação, Fiscalização e Administração	MD, MT	184.823.241	4	8
Sub-tema 1.3.b – Eclusas (*)	MT	596.202.750	1	2
Sub-tema 1.3.c - Infra-estrutura Portuária	MDIC, MT, SEAP	228.043.178	3	5
Sub-tema 1.3.d - Melhoria e Obras de Canais de Navegação	MT	266.290.611	3	5
Tema 1.4 - Energia Elétrica	MAPA, MME	15.105.444.879	25	158
Sub-tema 1.4.a - Levantamentos, Análises, Desenvolvimento de Tecnologias, Administração, Manutenção e Concessões	MME	1.922.293.396	8	39
Sub-tema 1.4.b - Distribuição de Energia Rural	MME, MAPA	1.161.642.115	1	32
Sub-tema 1.4.c - Expansão, Interligação e Reforços de Sistema de Transmissão	MME	6.240.915.652	5	39
Sub-tema 1.4.d - Redes Urbanas	MME	340.310.266	2	7
Sub-tema 1.4.e - Obras de Modernização e Ampliação da Capacidade de Geração e Construção de Usinas Hidrelétricas (*)	MME	3.159.417.484	3	9
Sub-tema 1.4.f - Estudos de Viabilidade de Projetos	MME	1.541.138.199	3	21
Sub-tema 1.4.g - Implantação, Ampliação e Adequação de Outras Usinas de Geração (Termelétricas, Gás Natural, etc)	MME	739.727.767	3	11
Tema 1.5 – Mineração	MME	136.654.324	4	11
Sub-tema 1.5.a - Gerenciamento, Outorga e Fiscalização das Atividades de Mineração	MME	136.654.324	4	11
Tema 1.6 – Turismo	MTur	1.829.229.270	4	39
Sub-tema 1.6.a - Gerenciamento, Planos, Campanhas, Capacitação, Promoção, Informação Científica, Fiscalização e Eventos	MTur	636.803.967	3	27
Sub-tema 1.6.b - Projetos de Infra-estrutura Turística(*)	MTur	1.192.425.303	1	12
Tema 1.7 - Aquicultura e Pesca	MMA, MI, MTE, PR	830.540.610	3	44
Sub-tema 1.7.a - Produção de Alevinos, Funcionamento de Unidades Administrativas, Unidades de Ensino, Estações e Terminais Pesqueiros/Entrepósitos	MI, PR	320.380.230	1	30
Sub-tema 1.7.b - Desenvolvimento, Tecnologia, Registros, Informação, Pesquisa e Fiscalização	MTE, MMA, MI	510.160.380	2	14
Tema 1.8 - Infra-estrutura Hídrica e Integração de Bacias Hidrográficas	MI	4.881.564.590	9	95
Sub-tema 1.8.a - Construção e Recuperação de Adutoras(*)	MI	1.814.073.440	3	38

Sub-tema 1.8.b - Capacitação, Manutenção, Conservação, Cadastro, Estudos e Publicidade para Obras Hídricas	MI	111.564.569	2	14
Sub-tema 1.8.c - Construção de Barragens e Açudes(*)	MI	931.926.581	2	34
Sub-tema 1.8.d - Integração de Bacias(*)	MI	1.808.000.000	1	3
Sub-tema 1.8.e - Estudos para Integração de Bacias(*)	MI	216.000.000	1	4
Abordagem 2 - GERENCIAMENTO E CONTROLE DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE		6.898.047.572	80	315
Tema 2.1 - Planejamento e Ordenamento Territorial	MMA, MDA, MI, MME	983.090.469	19	63
Sub-tema 2.1.a - Agenda 21	MMA	14.633.209	1	5
Sub-tema 2.1.b - Recursos Hídricos/Gestão, Planos, Estudos e Regulação	MMA, MDA	269.921.941	9	22
Sub-tema 2.1.c - Desenvolvimento Regional Integrado/Planos, Estudos e Capacitação	MMA, MI, MDA	381.277.860	4	18
Sub-tema 2.1.d - Zoneamento Ecológico-Econômico	MMA, MME, MI	99.072.087	1	9
Sub-tema 2.1.e - Política de Meio Ambiente e Planejamento	MMA	218.185.372	4	9
Tema 2.2 - Informação, Monitoramento, Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Capacitação	MMA, MAPA, MCT, MD, MDA, MI, MP, MS	898.686.749	25	77
Sub-tema 2.2.a - Informação e Monitoramento	MME, MDA, MAPA, MD, MS, MCT, MMA	635.376.756	17	47
Sub-tema 2.2.b - Desenvolvimento Científico e Tecnológico	MCT, MP, MMA	130.846.954	7	11
Sub-tema 2.2.c - Capacitação e Educação Ambiental	MMA, MI	132.463.039	1	19
Tema 2.3 - Prevenção e Controle de Riscos Ambientais	MMA, MCT, MI	876.318.513	12	39
Sub-tema 2.3.a - Combate à Desertificação	MMA	11.756.173	1	3
Sub-tema 2.3.b - Defesa Civil, Prevenção a Desastres e Eventos Hidrológicos Críticos	MMA, MI, MCT	406.684.112	5	19
Sub-tema 2.3.c - Emergências Ambientais, Desmatamentos e Queimadas e Poluição Química	MI, MCT, MMA	99.813.347	5	11
Sub-tema 2.3.d - Recuperação e Reabilitação de Cenários	MI	358.064.881	1	6
Tema 2.4 - Despoluição de Bacias Hidrográficas	MMA, MCid, MI, MTE, MS, PR	2.175.061.209	6	55
Sub-tema 2.4.a - Despoluição de Bacias Hidrográficas	MMA	105.409.605	1	4
Sub-tema 2.4.b - Resíduos Sólidos	MMA, MI, MS, MCid, MTE, PR	219.623.820	2	28
Sub-tema 2.4.c - Esgoto Sanitário	MMA, MCid, MS	1.850.027.784	3	23

Tema 2.5 - Conservação, Recuperação, Uso Racional e Revitalização de Bacias Hidrográficas	MMA, MAPA, MCid, MI, MME	1.964.890.632	18	81
Sub-tema 2.5.a - Recuperação e Conservação de Bacias e Mananciais, Manejo, Uso Racional e Revitalização de Bacias Hidrográficas	MAPA, MME, MCid, MMA, MI	1.472.101.727	7	36
Sub-tema 2.5.b - Unidades de Conservação, Áreas Protegidas, Ecoturismo e Biodiversidade	MMA	198.119.183	4	18
Sub-tema 2.5.c - Desenvolvimento Sustentável de Ecossistemas, Recuperação de Biomas e de Áreas Degradadas	MMA	294.669.722	7	27

Em relação aos Temas e Sub-temas identificados na Abordagem 1 na Tabela acima, buscou-se selecionar aqueles Sub-temas que apresentam maior afinidade com os recursos hídricos, seja em função da maior relevância quanto aos seus efeitos sobre os recursos hídricos ou em função dos montantes de recursos e metas previstas que refletem em maior impacto para o setor. Estes Sub-temas estão destacados em “asteriscos”, no Tabela 3.

No sentido de dar maior visibilidade ao conjunto de informações apresentado no **BANCO DE DADOS**, em anexo, as informações foram consolidadas buscando explicitar, por Abordagem e Tema, os Programas e os órgãos responsáveis pelos seus gerenciamentos, bem como o volume de recursos alocados em ações correlacionadas com recursos hídricos.

Tabela 4 - Os Programas da Abordagem 1: Desenvolvimento e Usos Múltiplos da Água

Tema 1.1 - Saneamento, Abastecimento e Drenagem

(Setores: 1.1.a - Drenagem Urbana; 1.1.b - Sistema Sanitário e Abastecimento de Água; 1.1.c - Gerenciamento e Ação Social; 1.1.d - Melhoria da Habitabilidade)

Programa			R\$ 1 PPA
Código	Descritor	Órgão	
0122	Saneamento Ambiental Urbano	MCid	2.053.409.710
1128	Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	MCid	988.858.135
0310	Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	MCid	74.329.085
1138	Drenagem Urbana Sustentável	MI	577.548.657
1027	Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres	MI	30.380.000
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-árido	MI	246.057.964
0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	MI	260.000
0515	Proágua Infra-Estrutura	MI	17.415.246
1025	Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso	MI	96.040.000
1287	Saneamento Rural	MS	289.231.657
1187	Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Transmitidas por Vetores e Zoonoses	MS	76.972.000
1203	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	MS	60.675.000
0796	Informações Estatísticas e Geocientíficas	MP	1.313.533

Tema 1.2 - Agricultura

(Setores: 1.2.a - Assistência Técnica, Extensão, Capacitação, Promoção, Pesquisa e Informação; 1.2.b - Regularização Fundiária, Assentamentos e Reforma Agrária; 1.2.c - Projetos de Irrigação; 1.2.d - Transferência da Gestão de Perímetros de Irrigação)

Programa			R\$ 1 PPA
Código	Descritor	Órgão	
0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	MI	1.803.755.675
1038	Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação	MI	277.169.935
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - Conviver	MI	107.626.400
1037	Eficiência na Agricultura Irrigada	MI	7.000.000
0135	Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais	MDA	944.560.425
0138	Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária	MDA	15.589.600
0351	Agricultura Familiar - Pronaf	MDA	1.477.569.714
0137	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	MDA	541.057.291
0757	Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Desenvolvimento Territorial	MDA	360.000
0052	Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	MMA	87.091
0294	Energia na Região Nordeste	MME	265.231.409
0360	Gestão da Política de Agropecuária	MAPA	34.261.857
0368	Manejo e Conservação de Solos na Agricultura	MAPA	7.085.568
1156	Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio	MAPA	139.487.133

Tema 1.3 – Navegação

(Setores: 1.3.a – Operação, Fiscalização e administração; 1.3.b – Eclusas; 1.3.c – Infra-estrutura Portuária; 1.3.d – Melhoria de Obras de Canais de Navegação)

Programa			R\$ 1 PPA
Código	Descritor	Órgão	
0223	Manutenção de Hidrovias	MT	147.413.005
0228	Navegação Interior	MT	14.060.647
0229	Corredor São Francisco	MT	87.771.957
0231	Corredor Transmetropolitano	MT	24.000.000
0233	Corredor Mercosul	MT	357.504.983
0237	Corredor Araguaia-Tocantins	MT	596.202.750
0643	Calha Norte	MD	1.190.848
0639	Segurança da Navegação Aquaviária	MD	22.158.741
0392	Pólo Industrial de Manaus	MDIC	4.461.193
1224	Aqüicultura e Pesca do Brasil	SEAP/PR	20.595.656

Tema 1.4 – Energia Elétrica

(Setores: 1.4.a – Levantamentos, Análises, Desenvolvimento de Tecnologias, Administração, manutenção e Concessões; 1.4.b – Distribuição de Energia Rural; 1.4.c – Expansão, Interligação e Reforços de Sistemas de Transmissão; 1.4.d – Redes Urbanas; 1.4.e – Obras de Modernização, Ampliação da Capacidade de Geração e Construção de Usinas Hidrelétricas; 1.4.f – Estudos de Viabilidade de Projetos; 1.4.g – Implantação, Ampliação, Adequação de Outras Usinas de Geração (Termelétricas, Gás Natural, etc))

Programa			R\$ 1 PPA
Código	Descritor	Órgão	
1044	Energia Alternativa Renovável	MME	30.300.000
0476	Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	MME	280.880.216
1042	Energia nos Sistemas Isolados	MME	2.486.355.160
0273	Energia Cidadã	MME	1.164.242.115
0274	Abastecimento de Energia Elétrica	MME	90.652.272
0276	Gestão da Política de Energia	MME	770.183.835
0294	Energia na Região Nordeste	MME	1.642.767.492
0297	Energia na Região Norte	MME	2.707.136.115
0295	Energia na Região Sul	MME	1.261.043.222
0296	Energia na Região Sudeste e Centro Oeste	MME	4.671.884.452

Tema 1.5 – Mineração

(Setor: 1.5.a – Gerenciamento, Outorga e Fiscalização das Atividades de Mineração)

Programa			R\$ 1 PPA
Código	Descritor	Órgão	
0391	Mineração e Desenvolvimento Sustentável	MME	22.112.280
0271	Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Álcool Combustível	MME	50.162.117
1115	Geologia do Brasil	MME	55.624.927
1069	Gestão da Política Mineral	MME	8.755.000

Tema 1.6 - Recreação e Turismo

(Setores: 1.6.a – Gerenciamento, Planos, Campanhas, Capacitação, Promoção, Informação Científica, Fiscalização e Eventos; 1.6.b – Projetos de Infra-estrutura Turística)

Programa			R\$ 1 PPA
Código	Descritor	Órgão	
1163	Brasil: Destino Turístico Internacional	MTur	216.768.286
1166	Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos	MTur	1.452.889.145
1001	Gestão da Política do Turismo	MTur	159.571.839

Tema 1.7 - Aquicultura e Pesca

(Setores: 1.7.a – Produção de Alevinos, Funcionamento de Unidades Administrativas, Unidades de Ensino, Estações e terminais Pesqueiros / Entrepostos; 1.7.b – Desenvolvimento, Tecnologia, Registros, Informação, Pesquisa e Fiscalização)

Programa			R\$ 1 PPA
Código	Descritor	Órgão	
1224	Aquicultura e Pesca do Brasil	SEAP	344.158.829
0104	Recursos Pesqueiros Sustentáveis	MMA	486.381.781

Tema 1.8 – Infra-estrutura Hídrica e Integração de Bacias Hidrográficas

(Setores: 1.8.a – Construção e Recuperação de Adutoras; 1.8.b – Capacitação, Manutenção, Conservação, Cadastro, Estudos e Publicidade para Obras Hídricas; 1.8.c – Construção de Barragens e Açudes; 1.8.d – Integração de bacias; 1.8.e – Estudos para Integração de Bacias)

Programa			R\$ 1 PPA
Código	Descritor	Órgão	
0515	Proágua Infra-estrutura	MI	2.478.481.361
0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	MI	3.300.000
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – Conviver	MI	242.411.953
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	MI	2.024.000.000
0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro Oeste	MME	133.371.276

Tabela 5 - Os Programas da Abordagem 2 – Gerenciamento e Controle de Recursos Hídricos **Principais aspectos na abordagem da gestão, prevenção e mitigação das vulnerabilidades relacionadas aos recursos hídricos.**

Tema 2.1 – Planejamento e Ordenamento Territorial

(Setores: 2.1.a – Agenda 21; 2.1.b – Recursos Hídricos/Gestão, Planos, Estudos e Regulação; 2.1.c – Desenvolvimento Regional Integrado/Planos, Estudos e Capacitação; 2.1.d – Zoneamento Ecológico-Econômico; 2.1.e – Política de Meio Ambiente e Planejamento)

Programa			R\$ 1 PPA
Código	Descritor	Órgão	
1102	Agenda 21	MMA	14.633.209
0497	Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos	MMA	71.719.156
0498	Desenvolvimento Sustentável do Pantanal	MMA	3.149.868
0502	Amazônia Sustentável	MMA	168.104.897
0503	Prevenção e Combate aos Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer	MMA	21.719.040
0511	Gestão da Política de Meio Ambiente	MMA	30.358.535
0512	Zoneamento Ecológico-Econômico	MMA	99.810.359
0516	Viver Sem Contaminação	MMA	9.228.508
0104	Recursos Pesqueiros Sustentáveis	MMA	3.901.134
1080	Combate à Desertificação	MMA	9.269.441
1270	Proambiente	MMA	9.755.160
1304	Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas	MMA	1.756.350
1107	Probacias	MMA	40.886.000
1210	Prevenção de Riscos e Combate às Emergências Ambientais	MMA	31.214.936
0138	Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária	MDA	60.377.884
1334	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	MDA	297.033.920
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-árido – Conviver	MI	76.633.750

0757	Gestão da Política de desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	MI	33.538.322
------	--	----	------------

Tema 2.2 – Informação, Monitoramento, Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Capacitação

(Setores: 2.2.a – Informação e Monitoramento; 2.2.b – Desenvolvimento Científico e Tecnológico; 2.2.c – Capacitação e Educação Ambiental)

Programa		Órgão	R\$ 1
Código	Descritor		PPA
0052	Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	MMA	20.046.102
0499	Áreas Protegidas do Brasil	MMA	91.203.022
0104	Recursos Pesqueiros Sustentáveis	MMA	13.957.981
0500	Nacional de Ecoturismo	MMA	4.536.243
0503	Prevenção e Combate aos Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer	MMA	5.133.399
0506	Nacional de Florestas	MMA	53.894.355
0511	Gestão da Política de Meio Ambiente	MMA	12.600.000
0516	Viver Sem Contaminação	MMA	1.610.010
1080	Combate à Desertificação	MMA	808.515
1084	Mudanças Climáticas e Meio Ambiente	MMA	11.437.978
1107	Probacias	MMA	11.700.000
1210	Prevenção de Riscos e Combate às Emergências Ambientais	MMA	2.935.822
1304	Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas	MMA	11.650.000
1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade Ambiental	MMA	7.800.000
1332	Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	MMA	1.283.706
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	MMA	535.487
0122	Saneamento Ambiental Urbano	Mcid	69.827.902
0461	Promoção de Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	MCT	13.586.500
0475	Mudanças Climáticas Globais	MCT	24.742.913
1122	Ciência, Natureza e Sociedade	MCT	193.750.151
0138	Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária	MDA	44.557.269
0365	Minimização dos Riscos do Agronegócio	MAPA	50.820.604
0757	Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	MI	1.783.971
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - Conviver	MI	2.706.250
0391	Mineração e Desenvolvimento Sustentável	MME	811.960
0796	Informações Estatísticas e Geocientíficas	MP	244.966.609

Tema 2.3 – Prevenção e Controle de Riscos Ambientais

(Setores: 2.3.a – Combate à desertificação; 2.3.b – Defesa Civil, Prevenção a Desastres e Eventos Hidrológicos Críticos; 2.3.c – Emergências Ambientais, Desmatamentos e Queimadas e Poluição Química; 2.3.d – Recuperação e Reabilitação de Cenários)

Programa			R\$ 1 PPA
Código	Descrição	Órgão	
0498	Desenvolvimento Sustentável do Pantanal	MMA	294.000
0503	Prevenção e Combate aos Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer	MMA	31.119.093
0516	Viver Sem Contaminação	MMA	11.309.693
1080	Combate à Desertificação	MMA	11.756.173
1210	Prevenção de Riscos e Combate às Emergências Ambientais	MMA	30.148.767
1107	Probacias	MMA	8.260.000
1020	Resposta aos Desastres	MI	358.064.881
1027	Prevenção e Preparação para Emergência e Desastres	MI	355.668.976
1029	Resposta aos Desastres	MI	358.064.881
1122	Ciência, Natureza e Sociedade	MCT	69.696.930

Tema 2.4 – Despoluição de Bacias Hidrográficas

(Setores: 2.4.a – Despoluição de Bacias Hidrográficas; 2.4.b – Resíduos Sólidos; 2.4.c – Esgoto Sanitário)

Programa			R\$ 1 PPA
Código	Descrição	Órgão	
0122	Saneamento Ambiental Urbano	MCid	1.828.400.947
1128	Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	MCid	87.921.300
0498	Desenvolvimento Sustentável do Pantanal	MMA	4.740.000
1304	Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas	MMA	17.134.286
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	MMA	214.995.486
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – Conviver	MI	4.628.334
1287	Saneamento Rural	MS	17.240.856

Tema 2.5 – Conservação, Recuperação, Uso Racional e Revitalização de Bacias Hidrográficas

(Setores: 2.5.a – Recuperação, Conservação de Bacias e Mananciais, Manejo, Uso Racional e Revitalização de Bacias Hidrográficas; 2.5.b – Unidades de Conservação, Áreas Protegidas, Ecoturismo e Biodiversidade)

Programa			R\$ 1 PPA
Código	Descrição	Órgão	
0122	Saneamento Ambiental Urbano	MCid	3.300.000
0104	Recursos Pesqueiros Sustentáveis	MMA	4.950.000
0498	Desenvolvimento Sustentável do Pantanal	MMA	400.549.588
0499	Áreas Protegidas do Brasil	MMA	52.101.979
0500	Nacional de Ecoturismo	MMA	89.515.184
0502	Amazônia Sustentável	MMA	135.320.883
0506	Nacional de Florestas	MMA	101.571.515
0511	Gestão da Política de Meio Ambiente	MMA	1.287.554
0512	Zoneamento Ecológico-Econômico	MMA	3.437.828
1107	Probacias	MMA	55.452.381

1270	Proambiente	MMA	1.527.272
1304	Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas	MMA	329.839.488
1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade Ambiental	MMA	473.350.293
1332	Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	MMA	51.524.670
0368	Manejo e Conservação de Solos na Agricultura	MAPA	54.625.792
0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro Oeste	MME	206.536.205

2.2.3 Principais Instituições e os Programas afetos aos Recursos Hídricos

Em uma primeira aproximação, tomando-se como referência o potencial de interferência sobre os recursos hídricos, buscou-se identificar os principais programas e ações de cada Ministério em função de sua relevância para o alcance dos cenários do PNRH.

a. O Ministério do Meio Ambiente:

O Ministério do Meio Ambiente, representa a principal instituição na atuação relacionada à Abordagem 2, voltada para a Gestão e Gerenciamento dos Recursos hídricos, bem como a conservação, recuperação e uso racional da água, contemplando os programas e ações dos órgãos da administração direta, dentre os quais destacam-se a Secretaria de Recursos Hídricos, a ANA e o IBAMA, dentre outros. Da análise da transversalidade prioritária verifica-se que os recursos previstos no PPA 2004-2007 para o Ministério do Meio Ambiente são de R\$1.572.914.194,00 (US\$524,3 milhões) sendo R\$206.116.125,00 (US\$68,7 milhões) para o ano 2004. A maioria dos Programas tem caráter nacional, com ressalva para alguns específicos de uma determinada Região, como Amazônia e o Pantanal. Do conjunto de Programas do MMA destacam-se os que possuem interfaces diretas com o PNRH ou aqueles que apresentam um grande potencial de multiplicação de resultados, em face da compatibilidade com as ações previstas no PNRH:

Programa 0497: Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos. Este Programa tem como objetivo coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de recursos hídricos, e conta com recursos previstos de R\$ 73.525.506,00 (US\$ 24,5 milhões) para o quadriênio, sendo R\$ 7.400.927,00 para o exercício de 2004. A principal Ação neste programa é a de código 0718: Apoio à Estruturação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com recursos previstos de R\$ 30.168.050,00 sendo R\$ 2.250.000,00 para o exercício de 2004.

Programa 1107: Probacias. Este Programa tem como objetivo implementar o Sistema Integrado de Gestão de Bacias Hidrográficas, e conta com recursos previstos de R\$ 121.132.381,00 (US\$40,4 milhões) para o período 2004-2007 sendo R\$ 25.134.000,00 para o exercício de 2004.

Programa 1304: Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas. Este Programa tem como objetivo melhorar a eficiência do uso dos recursos hídricos, a conservação e a qualidade das águas, e conta com recursos previstos de R\$ 324.774.011,00 (US\$ 108,2milhões) para o quadriênio 2004-2007, sendo R\$ 20.710.000,00 para o ano de 2004.

Programa 1305: Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental. Este Programa tem como objetivo revitalizar a bacia hidrográfica do São Francisco e outras bacias em situação de vulnerabilidade ambiental e promover a prevenção e a mitigação de potenciais impactos decorrentes da implantação de projetos nacionais prioritários ou da crescente e concentrada ação antrópica com elevado comprometimento ambiental dessas bacias e conta com recursos previstos de R\$ 482.550.293,00 (US\$ 160,8 milhões) para o quadriênio e R\$ 31.475.000,00 para 2004.

Programa 1080: Combate à Desertificação. Este Programa tem como objetivo reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação e conta com recursos previstos de R\$27.663.863,00 (US\$9,2 milhões) para o quadriênio e R\$2.423.000,00 para 2004.

b. O Ministério da Integração Nacional:

Este Ministério é um dos que possuem alta transversalidade na atuação relacionada aos Recursos Hídricos, tanto em relação aos aspectos da Abordagem 1, relacionados ao desenvolvimento e aos usos múltiplos, quanto aos relacionados à Abordagem 2, referentes ao gerenciamento dos recursos hídricos, a conservação e a recuperação, e ao uso racional da água. Verifica-se que os recursos prioritários relacionados a recursos hídricos, previstos no PPA 2004-2007, para o Ministério de Integração Nacional são de R\$ 5.537.236.001,00 (US\$ 1,8 bilhão) sendo R\$ 991.617.971,00 (US\$ 330,5 milhões) para o ano 2004. Alguns Programas do Ministério são específicos para a atuação em uma bacia ou região como o projeto de transposição das águas e a revitalização do rio São Francisco. Do conjunto de seus Programas destacam-se os seguintes que possuem interfaces mais diretas com as ações previstas no PNRH:

Programa 0379: Desenvolvimento da Agricultura Irrigada. Este Programa tem como objetivo aumentar a área irrigada como meio de promoção do desenvolvimento regional, visando a geração de empregos e distribuição da renda e conta com recursos previstos de R\$ 1.854.878.815,00 (US\$ 618,3 milhões) para o período 2004-2007 sendo R\$ 252.475.022,00 para 2004. É constituído basicamente de ações que visam à implantação de perímetros de irrigação em diversas unidades federativas do semi-árido, sendo em grande parte na bacia do São Francisco. Inclui também ações de drenagem, cadastro de irrigação, e estudos para o planejamento e gestão do desenvolvimento regional e ordenamento territorial.

Programa 1036: Integração de Bacias Hidrográficas. Este programa tem como objetivo integrar os recursos hídricos nas bacias com baixa disponibilidade de água, aumentando a oferta de água nessas bacias e conta com recursos previstos de R\$ 2.030.744.919,00 (US\$ 676,9 milhões) para o período 2004-2007, sendo R\$ 36.302.000,00 para 2004.

Programa 0515: Proágua Infra-Estrutura. Este programa tem como objetivo aumentar a oferta de água de boa qualidade para o consumo humano e para a produção por meio da execução de obras estruturantes: barragens, açudes e adutoras, e conta com recursos previstos de R\$ 2.506.414.537,00 (US\$ 835,5 milhões) para o período 2004-2007 sendo R\$ 323.562.742,00 para 2004.

Programa 1047: Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER. Este programa é decorrente do Proágua Semi-árido e tem como objetivo reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas da população das áreas do semi-árido com incidência de seca, contando com recursos de R\$ 777.445.025,00 (US\$ 259,1 milhões) para o período 2004-2007 sendo R\$ 159.854.300,00 para 2004.

Programa 1025: Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO. Este programa tem como objetivo aumentar a autonomia e a sustentabilidade de espaços sub-regionais, por meio da organização social, do desenvolvimento do seu potencial endógeno e do fortalecimento da sua base produtiva, com vistas à redução das desigualdades inter e intra-regionais, contando com recursos de R\$ 922.274.019,00 (US\$ 307,4 milhões) para o período 2004-2007 sendo R\$ 114.632.307,00 para 2004.

Programa 1038: Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação. Este Programa tem como objetivo transferir os perímetros públicos de irrigação em condições adequadas à autogestão pelos usuários, e conta com recursos previstos de R\$

286.484.177,00 (US\$ 95,5 milhões) para o período 2004-2007 sendo R\$ 68.992.861,00 para 2004.

c. O Ministério das Cidades:

O Ministério apresenta uma forte interface com recursos hídricos principalmente em relação aos temas afetos ao Saneamento Ambiental. Da análise da transversalidade prioritária, verifica-se que os recursos previstos no PPA 2004-2007 para o Ministério das Cidades são de R\$ 1.085.822.656,00 (US\$ 361,9 milhões) sendo R\$ 188.397.014,00 (US\$ 62,8 milhões) para o ano 2004.

O principal **Programa** do Ministério das Cidades para o PNRH é o **0122: Saneamento Ambiental Urbano**, com o objetivo de ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental urbano. Conta com recursos de R\$ 4.138.376.752,00 (US\$ 1,4 bilhão) para o período 2004-2007, sendo R\$ 958.330.931,00 para 2004.

d. O Ministério de Minas e Energia:

Da análise da transversalidade global, verifica-se que os recursos do PPA 2004-2007 para o Ministério de Minas e Energia são de R\$ 15.890.878.267,00 (US\$ 5,3 bilhões) sendo R\$ 3.995.272.063,00 (US\$ 1,3 bilhão) para o ano de 2004. Os Programas que têm maior interface com o PNRH são:

Programa 0294: Energia na Região Nordeste, que tem como objetivo atender as necessidades de energia elétrica da Região Nordeste, bem como prevê a execução da ação 3390 – Irrigação de Lotes na Área de Reassentamento da Usina de Itaparica, na Bahia, e conta com recursos de R\$ 2.114.032.744,00 (US\$ 704,7 milhões) para o quadriênio;

Programa 0295: Energia na Região Sul com R\$ 1.261.043.222,00 (US\$ 420,3 milhões) que objetiva atender as necessidades de energia elétrica da Região Sul e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional;

Programa 0296: Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste com R\$ 5.642.189.642,00 (US\$ 1,9 bilhão) que também objetiva atender as necessidades das Regiões e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional;

Programa 0297: Energia na Região Norte com R\$ 2.707.136.115,00 (US\$ 902,4 milhões) que objetiva atender as necessidades da Região Norte e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional; e o

Programa 1042: Energia nos Sistemas Isolados com R\$ 2.496.380.160,00 (US\$ 832,1 milhões) que objetiva ampliar a oferta nos sistemas isolados ainda existentes, atendendo suas necessidades de energia elétrica.

e. O Ministério da Ciência e Tecnologia:

As ações do Ministério da Ciência e Tecnologia preponderam na Abordagem 2 e da análise da transversalidade prioritária verifica-se que os recursos do PPA 2004-2007 para o Ministério da Ciência e Tecnologia são de R\$ 168.276.883,00 (US\$ 56,1 milhões) sendo R\$ 37.046.843,00 (US\$ 12,3 milhões) para o ano de 2004. O Programa com maior interface com o PNRH é o:

Programa 1122: Ciência, Natureza e Sociedade. Este Programa tem como objetivo ampliar o conhecimento técnico-científico sobre as interações entre a natureza, a ciência e a sociedade, que contribuam para o entendimento das mudanças globais e para a melhoria da qualidade de vida da população. Conta com recursos previstos de R\$ 168.276.883,00 (US\$ 56,1 milhões) para o período 2004-2007, sendo R\$ 37.046.843,00 para 2004;

Programa 0475: Mudanças Climáticas Globais. Este Programa tem com objetivo desenvolver informações científicas relativas à emissão de gases de efeito estufa para subsidiar a definição da política de atuação em mudanças climáticas. Conta com recursos

previstos de R\$ 53.765.256,00 (US\$ 17,9 milhões) para o período 2004-2007, sendo R\$ 6.804.500,00 para 2004.

f. A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca:

Da análise da transversalidade, verifica-se que do conjunto de Programas do PPA 2004-2007 para a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca o

Programa 1224: Aquicultura e Pesca do Brasil é o que mais interage com o PNRH. Este Programa tem como objetivo aumentar a produção nacional de pescados e conta com recursos previstos de R\$ 27.293.788,00 (US\$ 9,1 milhões) para o período 2004-2007 sendo R\$ 4.920.040,00 para 2004. A principal Ação que tem interface com os trabalhos a serem desenvolvidos em algumas bacias hidrográficas é a de número 5352: Implementação da criação intensiva de peixes em tanques-rede em rios e em grandes reservatórios, que conta com recursos previstos no quadriênio, de R\$ 20.404.500,00.

g. O Ministério dos Transportes:

Da análise da transversalidade, verifica-se que do conjunto de Programas do PPA 2004-2007 para o Ministério de Transportes os seguintes possuem interfaces mais diretas com as ações previstas no PNRH:

Programa 0229: Corredor São Francisco, que visa reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados da Bahia e Sergipe e o norte de Minas Gerais. Dentro desse programa, cabe destacar a Ação 5859- Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio São Francisco, com recursos previstos de R\$ 1.360.735.541,00 (US\$ 453,6 milhões) para o período 2004-2007, sendo R\$ 111.924.360,00 para 2004.

Programa 0237: Corredor Araguaia-Tocantins, que visa reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás, com recursos previstos de R\$ 2.097.886.582,00 (US\$ 699,1 milhões) para o período 2004-2007, sendo R\$ 195.396.933,00 para 2004.

Programa 0223: Manutenção de Hidrovias, que visa manter as características físicas e operacionais das vias navegáveis interiores, com recursos previstos de R\$ 147.413.005,00 (US\$ 49,1 milhões) para o período 2004-2007 e de R\$ 33.140.000,00 (US\$ 11,0 milhões) para 2004.

h. Outros Ministérios e Instituições:

Outros Programas do PPA poderão ser selecionados de forma a proporcionar mudanças que resultem em melhoria na qualidade de vida das populações nas bacias hidrográficas, com rebatimento na gestão e conservação dos recursos hídricos, em todo o País, tais como no âmbito dos Ministérios da Defesa; Justiça; Planejamento; Saúde; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Desenvolvimento Agrário; Cultura; Educação; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Pesca; e Turismo.

2.3. INGRESSOS INTERNACIONAIS RELACIONADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS

A coordenação da captação de recursos externos no País é feita pela Secretaria de Assuntos Internacionais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEAIN/MP no que diz respeito a fontes oficiais, como organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras, tendo como objetivos principais o desenvolvimento da infra-estrutura econômica e social, modernização administrativa, reforma fiscal e tributária.

A carteira de financiamentos e doações externas, em agosto de 2004, apresenta, em ordem decrescente, a seguinte participação relativa dos setores com relação à carteira brasileira de mais de **US\$ 25,8 bilhões de financiamentos e doações**: transportes (21,2%), saneamento (12,1%), crédito (10,5%), desenvolvimento científico e tecnológico (7,4%), desenvolvimento integrado (7,1%), educação (7,0%), defesa (6,1%), reforma do estado (5,0%), desenvolvimento urbano (4,3%), desenvolvimento rural (3,5%), saúde (3,3%), turismo (3,3%), meio ambiente (2,3%), assistência social (2,2%), fortalecimento institucional (1,6%), segurança (1,6%), agricultura (0,6%), energia (0,4%) e cultura (0,3%).

Tabela 6 - Participação Dos Setores Na Carteira Brasileira De Projetos Internacionais

Participação % dos Setores na Carteira de Projetos Internacionais	Custo Total %	Financiamento %
Agricultura	0,74	0,57
Crédito	12,02	10,54
Cultura	0,37	0,32
Desenvolvimento Científico e Tecnológico	5,61	7,35
Desenvolvimento Integrado	6,92	7,14
Desenvolvimento Rural	3,64	3,53
Desenvolvimento Urbano	4,38	4,28
Educação	7,63	7,04
Energia	0,41	0,37
Fortalecimento Institucional	1,24	1,65
Meio Ambiente	2,24	2,30
Reforma do Estado	5,80	5,00
Saneamento	12,62	12,09
Saúde	3,34	3,27
Segurança	1,06	1,64
Transportes	23,22	21,24
Turismo	3,60	3,33
Defesa	3,79	6,10
Assistência Social	1,37	2,21
PROJETOS INTERNACIONAIS	100,00	100,00

Fonte: SEAIN/MP até agosto de 2004

Parcelas substanciais dos empréstimos foram destinadas, no passado à energia elétrica, ao saneamento e à irrigação. Mais recentemente houve importantes mudanças nas prioridades, com redução drástica de recursos para energia elétrica e irrigação.

Os recursos de financiamento para o saneamento vêm se expandindo gradativamente e, sobretudo, com ênfase crescente para projetos de despoluição dos recursos hídricos e de saneamento ambiental, inclusive projetos específicos para gerenciamento de recursos hídricos.

Parcelas substanciais dos empréstimos e de suas contrapartidas vêm sendo alocadas à **gestão, ao desenvolvimento institucional e às obras de infra-estrutura de recursos hídricos nos projetos**, em execução, *Programa de Desenvolvimento de Recursos Hídricos para o Semi Árido – PROÁGUA*, no valor total de US\$ 330 milhões, dos quais US\$ 268 milhões estão sendo financiados pelo BIRD e JBIC-AOD, e os *Projetos de Gerenciamento de Recursos Hídricos nos Estados do Ceará e da Bahia*, respectivamente, nos valores de US\$ 247,2 e US\$ 85 milhões. Há que ressaltar, ainda, o projeto do Estado de Minas Gerais, Codevasf e Irrigantes - *Irrigação Jaíba II*, financiado pelo JBIC-AOD, com o custo total de US\$ 240,8 milhões e financiamento de US\$ 110 milhões.

Com relação ao **saneamento** devem-se ressaltar os inúmeros projetos federais, estaduais e municipais, nesta área, que totalizam US\$ 5,0 bilhões, sendo cerca de US\$ 3,0 bilhões de empréstimos e doações e US\$ 2,0 bilhões de contrapartidas dos mutuários. Destacam-se os projetos *Despoluição da Baía da Guanabara* no valor de US\$ 793 milhões, *Despoluição do Tietê 2ª Etapa* com US\$ 400 milhões, *Despoluição da Bacia do Rio Tietê* com US\$ 619,4 milhões, *Saneamento Ambiental do Paraná* com US\$ 390,8 milhões, *Saneamento Fortaleza – SANEAR II* com US\$ 203 milhões e *Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista* com US\$ 367,9 milhões.

Para o desenvolvimento do **turismo** no Nordeste vem sendo aplicado montante de mais de US\$ 1,5 bilhão, do qual US\$ 1,4 milhão são de financiamentos do BID e cerca de ¼ deste recurso é direcionado à implantação de redes de água e esgotos nas áreas turísticas.

O valor da Carteira Brasileira de projetos internacionais com financiamentos e doações externas, segundo a Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, em agosto de 2004, em diferentes fases de situação, totalizam cerca de US\$ 41,6 bilhões, sendo US\$ 25,8 bilhões de financiamentos e doações (62%) e US\$ 15,8 bilhões de contrapartida (38%). Daquele total, cerca de 61% do valor dos projetos, os mutuários são a União e as Empresas Públicas, e 39% os Estados e os Municípios.

Na lógica setorial, a Tabela abaixo demonstra a distribuição dos recursos de financiamento e doação externos, em todas as Regiões Geográficas do País, por setor. Os projetos internacionais selecionados como prioritários totalizam US\$ 7.200.105.000,00, sendo 60,7% de financiamentos e doações externas no valor de US\$ 4,4 bilhões e 39,3% referentes às contrapartidas federais, estaduais e municipais no montante de US\$ 2,8 bilhões. Deste total prioritário, o saneamento representa 68,5% dos recursos, em segundo lugar vem o desenvolvimento integrado com 20,8%, o desenvolvimento urbano com um pouco mais que 8,5%, a agricultura com 1,3% e o meio ambiente com 0,9%.

Com relação à distribuição regional dos projetos com financiamentos e doações internacionais, 47,7% concentram-se na Região Sudeste com investimentos previstos de US\$ 3,4 bilhões; 17,9% no Nordeste com US\$ 1,3 bilhão; 11,9% no Centro-Oeste com US\$ 859 milhões; 9,7% são de abrangência Nacional e Regional com US\$ 701,1 milhões; 7,0% no Sul com US\$ 505,8 milhões; e 5,7% no Norte com US\$ 410,4 milhões.

Quanto à fase em que se encontram, 73,0% estão em execução com cerca de US\$ 5,2 bilhões; 13,1% em fase de assinatura no montante de US\$ 946 milhões; 9,6% em fase de preparação no valor de cerca de US\$ 694 milhões; 2,8% condicional ao término da 1ª fase do projeto que montam a US\$ 200 milhões; e 1,5% em negociação no valor de US\$ 105,2 milhões.

O saneamento com US\$ 5 bilhões está contemplado em todas as Regiões, com destaque para as Regiões Sudeste com US\$ 3,3 bilhões e a Nordeste com US\$ 263,2 milhões, bem como nos níveis nacional e regional com US\$ 413,9 milhões; o meio ambiente com US\$ 88,9 milhões só não atende o Sul e o Sudeste, mas concentra a maior parte de seus recursos US\$ 46,3 milhões nos níveis nacional e regional; o desenvolvimento urbano com US\$ 611,3 milhões está distribuído em quatro Regiões com destaque no NE com US\$ 248 milhões e no NO com US\$ 200 milhões; o desenvolvimento integrado com quase US\$ 1,4 bilhão está relacionado apenas com as Regiões Nordeste com US\$ 750,2 milhões, Centro-Oeste com US\$ 365,1 milhões e a Sudeste com US\$ 240,8 milhões; e a agricultura com US\$ 126,0 milhões apenas no Sudeste.

Tabela 7 - Projetos Internacionais – Por Região e Setor
DOAÇÕES E FINANCIAMENTOS EXTERNOS - TRANSVERSALIDADE PRIORITÁRIA COM AREA DE
RECURSOS HÍDRICOS

US\$ MIL

REGIÕES / NOME DO SETOR	EM EXECUÇÃO	EM PREPARAÇÃO	EM NEGOCIA- ÇÃO	ASSINA- TURA	CONDICI- ONAL AO TÉRMINO 1ª FASE	T O T A L	Participação (%)
TOTAL NORDESTE	884.929	136.130		267.658		1.288.717	17,90
Financiamento	570.333	95.690		147.467		813.490	11,30
Contrapartida	314.596	40.440		120.191		475.227	6,60
Agricultura							
Desenvolvimento Integrado	662.200	88.000				750.200	10,42
Desenvolvimento Urbano	200.000	48.130				248.130	3,45
Meio Ambiente	900			26.260		27.160	0,38
Saneamento	21.829			241.398		263.227	3,66
TOTAL SUDESTE	3.118.192	42.525	36.750	478.393		3.675.860	51,05
Financiamento	1.857.692	26.000	19.250	260.075		2.163.017	30,04
Contrapartida	1.260.500	16.525	17.500	218.318		1.512.843	21,01
Agricultura	126.000					126.000	1,75
Desenvolvimento Integrado	240.800					240.800	3,34
Desenvolvimento Urbano				48.150		48.150	0,67
Meio Ambiente						0	0,00
Saneamento	2.751.392	42.525	36.750	430.243		3.260.910	45,29
TOTAL CENTRO-OESTE	535.242	115.286	8.500		200.000	859.028	11,93
Financiamento	324.940	57.643	6.800		142.000	531.383	7,38
Contrapartida	210.302	57.643	1.700		58.000	327.645	4,55
Agricultura							
Desenvolvimento Integrado	165.100				200.000	365.100	5,07
Desenvolvimento Urbano							
Meio Ambiente	14.942					14.942	0,21
Saneamento	355.200	115.286	8.500			478.986	6,65
TOTAL NORTE	210.427	200.000				410.427	5,70
Financiamento	145.213	140.000				285.213	3,96
Contrapartida	65.214	60.000				125.214	1,74
Agricultura							
Desenvolvimento Integrado							
Desenvolvimento Urbano		200.000				200.000	2,78
Meio Ambiente	427					427	0,01
Saneamento	210.000					210.000	2,92
TOTAL SUL	390.800	115.019				505.819	7,03
Financiamento	234.500	75.657				310.157	4,31
Contrapartida	156.300	39.362				195.662	2,72
Agricultura							
Desenvolvimento Integrado							
Desenvolvimento Urbano		115.019				115.019	1,60
Meio Ambiente							

Saneamento	390.800				390.800	5,43
TOTAL NACIONAL/REGIONAL	115.254	85.000	60.000	200.000	460.254	6,39
Financiamento	75.555	60.000	30.000	100.000	265.555	3,69
Contrapartida	39.699	25.000	30.000	100.000	194.699	2,70

Agricultura

Desenvolvimento

Integrado

Desenvolvimento Urbano

Meio Ambiente 46.354 46.354 0,64

Saneamento 68.900 85.000 60.000 200.000 413.900 5,75

TOTAL PRIORITÁRIO	5.254.844	693.960	105.250	946.051	200.000	7.200.105	100,00
Financiamento	3.208.233	454.990	56.050	507.542	142.000	4.368.815	60,68
Contrapartida	2.046.611	238.970	49.200	438.509	58.000	2.831.290	39,32
Agricultura	126.000					126.000	1,75
Desenvolvimento Integrado	1.068.100	88.000			200.000	1.356.100	18,83
Desenvolvimento Urbano	200.000	363.149		48.150		611.299	8,49
Meio Ambiente	62.623	0		26.260		88.883	1,23
Saneamento	3.798.121	242.811	105.250	871.641		5.017.823	69,69
%	72,98	9,64	1,46	13,14	2,78	100,00	

Fonte: SEAIN/MP até 16.08.2004

Na Lógica das Abordagens a metodologia aplicada foi a de promover a seleção de projetos internacionais, sob a responsabilidade da União, Estados e municípios, sob dois ângulos:

- i) pela pressão pelo uso da água e pelo impacto sobre os recursos hídricos; e
- ii) pela ação positiva na promoção do gerenciamento, prevenção e recuperação dos recursos hídricos.

A Abordagem 1: Desenvolvimento e Usos Múltiplos da Água identifica os setores e os aspectos relacionados aos conflitos, pressões e impactos sobre os recursos hídricos, isto é, aqueles relacionados ao atendimento a demandas hídricas, impactos ambientais dos usos da água e do solo, e eventos hidrológicos críticos. A Abordagem 1 está explicitada em oito temas, a saber: saneamento, abastecimento e drenagem; agricultura; hidrovias; energia elétrica; mineração; turismo; aquicultura e pesca; e infra-estrutura hídrica e integração de bacias hidrográficas.

O conjunto de projetos que compõe a Abordagem 1 totaliza mais de US\$ 3,1 bilhões (43,6% do total prioritário), dos quais cerca de US\$ 2,0 bilhões de financiamentos e doações (29,1%) e a contrapartida de aproximadamente US\$ 2 bilhões (27,3%) da União, Estados e municípios.

Quanto à Abordagem 1, destacam-se na Região **Nordeste** os projetos na área de desenvolvimento integrado denominados Desenvolvimento de Recursos Hídricos para o Semi-Árido – Proágua (US\$ 330 milhões) e o Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (US\$ 247,2 milhões); na área urbana o Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional da Bahia – PRODUR-BA (US\$ 200 milhões).

No **Sudeste** na área de **saneamento**, há que destacar o projeto Despoluição da Baía da Guanabara (US\$ 793 milhões); e a 2ª Fase do Microdrenagem – PROCAV II, no Município de São Paulo (US\$ 544 milhões).

No **Norte** destaca-se na área de **saneamento** o projeto Saneamento e Vias de Belém (US\$ 210 milhões) em fase de execução.

No **Centro-Oeste** destaca-se na área de **saneamento** o projeto Saneamento Básico de Goiás (US\$ 95,2 milhões) em execução.

Nos níveis **Nacional** e **Regional**, destacam-se no setor **saneamento** o Ação Social em Saneamento - PASS-BID (US\$ 200 milhões), Saneamento Integrado em Pequenos Municípios – Sede Zero – PASS-BIRD 1ª Fase (US\$ 85 milhões). Na área de **desenvolvimento integrado** há que destacar o projeto em execução Irrigação Jaíba II (Morro Solto - BZ-P6) no valor de US\$ 240,8 milhões.

A Abordagem 2: Gerenciamento e Controle de Recursos Hídricos e Meio Ambiente trata da implementação do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos: questões institucionais; adequação do arcabouço jurídico e organizacional associado aos limites de bacias, com reatamento nas jurisdições estaduais em articulação com o Federal; implementação de entidades, instrumentos e mecanismos de gestão previstos em Lei, na Política Nacional de Recursos Hídricos e em resoluções baixadas pelos Conselhos de Recursos Hídricos; e a promoção da conservação, uso racional e despoluição de bacias.

A Abordagem 2 está explicitada em **cinco grupos de temas**, a saber: planejamento e ordenamento territorial; informações, monitoramento, desenvolvimento científico e tecnológico e capacitação; prevenção e controle de riscos ambientais; despoluição de bacias hidrográficas; conservação, recuperação, uso racional e revitalização de bacias.

Quanto à **Abordagem 2**, destaca-se na Região **Nordeste** na área de **desenvolvimento urbano** o projeto em fase de preparação, denominado Capibaribe Melhor (US\$ 46,8 milhões); no **meio ambiente** foi destacado o projeto Demonstrações de Manejo Integrado de Ecossistemas e de Bacias Hidrográficas no Bioma Caatinga (US\$ 26,3 milhões), em fase de assinatura; e no setor de **saneamento** o Programa de Esgotamento Sanitário da Cidade de Natal – Saneamento Natal (US\$ 20,4 milhões), em fase de assinatura.

No **Sudeste** a Conservação e Manejo de Solos – SP, nas Microbacias Hidrográficas de SP, destaca-se na área da **agricultura** (US\$ 126 milhões); no **saneamento** os projetos que diretamente impactam a área de recursos hídricos são: Despoluição do Rio Tietê 2ª Etapa (400 milhões); Saneamento Ambiental do Estado do Espírito Santo – Projeto Águas Limpas - 2ª Fase (US\$ 62,3 milhões); Recuperação Ambiental do Rio Paraíba em Juiz de Fora (US\$ 36,7 milhões); e Recuperação Ambiental do Rio Uberaba e Revitalização do Sistema de Abastecimento (US\$ 26,2 milhões).

No **Norte** destaca-se na área de **desenvolvimento urbano** o projeto Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (US\$ 200 milhões), em fase de preparação.

No **Sul** há dois projetos de grande porte, um no Estado do Paraná - Saneamento Ambiental do Paraná (US\$ 390,8 milhões), em fase de execução, e um em Porto Alegre, na área de desenvolvimento urbano, chamado de Socioambiental de Porto Alegre (US\$ 115 milhões) em fase de preparação.

No **Centro-Oeste** destaca-se na área do **desenvolvimento integrado** o projeto, em execução, denominado Desenvolvimento Sustentável do Pantanal 1ª Fase de US\$ 165,1 milhões e a 2ª Fase, condicionada ao término da 1ª, no valor de US\$ 200 milhões.

Nos níveis **Nacional** e **Regional**, destacam-se os projetos, no setor **saneamento**: Modernização das Companhias de Saneamento – PMSS II (União e BNDES) (US\$ 86 milhões) e Assistência Técnica ao Prosanear II (US\$ 42,9 milhões); na área de **meio ambiente** o destaque se dá para os projetos Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos na Bacia do Rio São Francisco II / Zona Costeira (US\$ 19,9 milhões), em execução; e Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani (US\$ 26,8 milhões), em plena execução.

As Abordagens 1 e 2: Desenvolvimento e Usos Múltiplos da Água e Gerenciamento e Controle de Recursos Hídricos e Meio Ambiente têm ações que tanto tratam dos setores e dos aspectos relacionados aos conflitos, pressões e impactos sobre os recursos hídricos, isto é, aqueles relacionados ao atendimento a demandas hídricas, impactos ambientais dos usos da água e do solo, e eventos hidrológicos críticos, como também tratam da implementação do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

Quanto à **Abordagem 1 e 2**, destaca-se na Região **Nordeste** o projeto na área de **saneamento** o SANEAR II – Saneamento Fortaleza 1ª Fase (US\$ 203 milhões), em fase de assinatura.

No **Sudeste** na área de **saneamento** os projetos que diretamente impactam a área de recursos hídricos são: Despoluição da Bacia do Rio Tietê (US\$ 619,4 milhões), em execução; Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista (US\$ 367,9 milhões), em fase de assinatura; Recuperação Ambiental dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte (US\$ 84,1 milhões), 1ª Fase em execução e negociação da fase seguinte; e Programa Nova Baixada – Urbanização de Bairros da Baixada Fluminense – Nova Baixada (US\$ 300,0 milhões), em execução.

No **Centro-Oeste** destacam-se na área de **saneamento** os projetos Saneamento Básico no Distrito Federal – 1ª Fase (US\$ 260 milhões), em execução; e Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal (US\$ 115,3 milhões), em fase de preparação.

Tabela 8 - Projetos Internacionais – por Região e Abordagem
DOAÇÕES E FINANCIAMENTOS EXTERNOS - TRANSVERSALIDADE PRIORITÁRIA
COM A ÁREA DE RECURSOS HÍDRICOS

US\$ MIL

REGIÃO - ABORDAGEM / FASE	EM EXECUÇÃO	EM PREPARAÇÃO	EM NEGOCIAÇÃO	ASSINATURA	CONDICIONAL AO TÉRMINO 1ª FASE	T O T A L	Participação %
TOTAL NORTE	210.427	200.000				410.427	5,70
Financiamento	145.213	140.000				285.213	3,96
Contrapartida	65.214	60.000				125.214	1,74
Abordagem 1	210.000					210.000	2,92
Abordagem 2	427	200.000				200.427	2,78
Abordagem 1 e 2							
TOTAL NORDESTE	884.929	136.130		267.658		1.288.717	17,90
Financiamento	570.333	95.690		147.467		813.490	11,30
Contrapartida	314.596	40.440		120.191		475.227	6,60
Abordagem 1	884.029	88.000				972.029	13,50
Abordagem 2	900	48.130		46.681		95.711	1,33
Abordagem 1 e 2				220.977		220.977	3,07
TOTAL SUDESTE	2.877.392	42.525	36.750	478.393		3.435.060	47,71
Financiamento	1.747.692	26.000	19.250	260.075		2.053.017	28,51
Contrapartida	1.129.700	16.525	17.500	218.318		1.382.043	19,19
Abordagem 1	1.337.000					1.337.000	18,57
Abordagem 2	536.842	42.525	36.750	110.466		726.583	10,09
Abordagem 1 e 2	1.003.550			367.927		1.371.477	19,05
TOTAL CENTRO-OESTE	535.242	115.286	8.500		200.000	859.028	11,93
Financiamento	324.940	57.643	6.800		142.000	531.383	7,38
Contrapartida	210.302	57.643	1.700		58.000	327.645	4,55
Abordagem 1	95.200					95.200	1,32
Abordagem 2	180.042		8.500		200.000	388.542	5,40
Abordagem 1 e 2	260.000	115.286				375.286	5,21
TOTAL SUL	390.800	115.019				505.819	7,03
Financiamento	234.500	75.657				310.157	4,31
Contrapartida	156.300	39.362				195.662	2,72
Abordagem 1							
Abordagem 2	390.800	115.019				505.819	7,03
Abordagem 1 e 2							
TOTAL NACIONAL	356.054	85.000	60.000	200.000		701.054	9,74
Financiamento	185.555	60.000	30.000	100.000		375.555	5,22
Contrapartida	170.499	25.000	30.000	100.000		325.499	4,52
Abordagem 1	240.800	85.000		200.000		525.800	7,30
Abordagem 2	115.254		60.000			175.254	2,43
Abordagem 1 e 2							
TOTAL PRIORITÁRIO	5.254.844	693.960	105.250	946.051	200.000	7.200.105	100,00
Financiamento	3.208.233	454.990	56.050	507.542	142.000	4.368.815	60,68
Contrapartida	2.046.611	238.970	49.200	438.509	58.000	2.831.290	39,32
Abordagem 1	2.767.029	173.000		200.000		3.140.029	43,61
Abordagem 2	1.224.265	405.674	105.250	157.147	200.000	2.092.336	29,06
Abordagem 1 e 2	1.263.550	115.286		588.904		1.967.740	27,33
%	72,98	9,64	1,46	13,14	2,78	100,00	

Fonte: SEAIN/MP até 16.08.2004

Nas **Tabelas 9, 10 e 11** a seguir, estão relacionados os projetos internacionais provenientes de financiamentos e/ou doações externas, dos governos Federal, estaduais e municipais, em fases diferenciadas no processo de implementação.

Tabela 9 - ABORDAGEM 1: Doações e Financiamentos Externos – Projetos Internacionais

ABORDAGEM 1 – DESENVOLVIMENTO E USOS MÚLTIPLOS DE RECURSOS HÍDRICOS							US\$ MIL
NOME DO SETOR / PROJETO / APELIDO	Fonte Financiamento / Doação	Tipo Financiamento / Doação	Abrangência	MUTUÁRIO	Custo Total do Projeto	Valor do Financiamento	FASE
GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ / PROGERIRH - CE	BIRD	FF	NE/CE	Estado CE	247.200	136.000	EM EXECUÇÃO
GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DA BAHIA / RECURSOS HÍDRICOS - BA	BIRD	FF	NE/BA	Estado BA	85.000	51.000	EM EXECUÇÃO
PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA O SEMI-ÁRIDO/PROÁGUA / PROÁGUA	BIRD/JBIC-AOD	FF	NE	MI e MMA	330.000	268.000	EM EXECUÇÃO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO SERGIPANO – SE	BID-OC	FF	NE/SE	Estado SE	88.000	61.600	EM PREPARAÇÃO
IRRIGAÇÃO JAÍBA II (Morro Solto) (BZ-P6)	JBIC-AOD	FF	SD/NE	Estado MG/Cod evasf/ Cooper ativas/I rrigante s/Sist. Financei ro Naciona l	240.800	110.000	EM EXECUÇÃO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL DA BAHIA / PRODUR-BA	BIRD	FF	NE/BA	Estado BA	200.000	100.000	EM EXECUÇÃO
PROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL EM SANEAMENTO - BID / PASS BID (Programa 0122 - ações 0636, 0654 e 0586)	BID-OC	FF	NACIONAL: CO, NO, NE e SD	Ministério das Cidades	200.000	100.000	ASSINATURA
SANEAMENTO E VIAS DE BELÉM / SANEAMENTO-BELÉM	BID-OC/BID-SF	FF	NO/PA	Estado PA	210.000	145.000	EM EXECUÇÃO
DESPOLUIÇÃO DA BAÍA DA GUANABARA / BAÍA DA GUANABARA	BID-SF-OC/JBIC-AOD	FF	SD/RJ	Estado RJ	793.000	587.000	EM EXECUÇÃO
MICRODRENAGEM - 2ª FASE / PROCAV II	BID-OC	FF	SD/SÃO PAULO	Município de São Paulo	544.000	302.000	EM EXECUÇÃO
SANEAMENTO BÁSICO DE GOIÁS / SANEAMENTO-GOIÁS	BID-OC	FF	CO/GO	Estado GO	95.200	47.600	EM EXECUÇÃO
PROGRAMA DE MELHORAMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE PERNAMBUCO I	KfW/KfW-doação	FF/D D	NE/PE	Estado PE/ Prefeituras	11.004	6.945	EM EXECUÇÃO
SAÚDE/SANEAMENTO BÁSICO NO PIAUÍ - PI	KfW/KfW-doação	FF/D D	NE/PI	UNIÃO	10.825	7.638	EM EXECUÇÃO
PROGRAMA DE SANEAMENTO INTEGRADO EM PEQUENOS MUNICÍPIOS - SEDE ZERO - 1ª FASE / PASS BIRD - 1ª FASE	BIRD	FF	NA	UNIÃO/ Beneficiários	85.000	60.000	EM PREPARAÇÃO
TOTAL					3.140.029	1.982.783	

Fonte: SEAIN/MP até 16.08.2004

Tabela 10 - ABORDAGEM 2 – Doações e Financiamentos Externos – Projetos Internacionais

ABORDAGEM 2 - GERENCIAMENTO E CONTROLE DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE - US\$ MIL							
NOME DO SETOR / PROJETO / APELIDO	Fonte Financiamento / Doação	Tipo Financiamento / Doação	Abrangência	MUTUÁRIO	Custo Total do Projeto	Valor do Financiamento	FASE
CONSERVAÇÃO E MANEJO DE SOLOS-SP (MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS SP)	BIRD	FF	SD/SP	Estado SP	126.000	55.000	EM EXECUÇÃO
PANTANAL - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL - 1ª FASE / PANTANAL 1ª FASE	BID-OC/JBIC-AOD	FF	CO/MS e MT	M. do Meio Ambiente	165.100	140.500	EM EXECUÇÃO
PANTANAL - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL - 2ª FASE / PANTANAL 2ª FASE	BID-OC/JBIC-AOD	FF	CO/MS e MT	M. do Meio Ambiente	200.000	142.000	Aprov. COFIEIX (AGD CONCL 1ª FASE)
RIO BETIM - REVITALIZAÇÃO URBANA E RECUP.AMBIENT.BACIA RIO BETIM / RIO BETIM	BIRD	FF	SD/BETIM	Município de Betim	48.150	24.075	ASSINATURA
PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL DE PORTO ALEGRE / SOCIOAMBIENTAL PORTO ALEGRE	BID-OC	FF	SL/PORTO ALEGRE	Município de Porto Alegre	115.019	75.657	EM PREPARAÇÃO
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÊS DE MANAUS / IGARAPÊS	BID-OC	FF	NO/AM	Estado do Amazonas	200.000	140.000	EM PREPARAÇÃO
PROJETO CAPIBARIBE MELHOR	BIRD	FF	NE/PE	Município de Recife - PE	46.800	32.760	EM PREPARAÇÃO
PROGRAMA CAPIBARIBE MELHOR / DOAÇÃO	WB-JG	DD	NE/PE	Município de Recife - PE	1.330	1.330	EM PREPARAÇÃO
MANEJO INTEGRADO DA BIO. AQUÁTICA E DOS REC. HID. NA AMAZÔNIA / HÍDRICOS NA AMAZÔNIA	GEF	DD	NO/AMAZÔNIA	M. do Meio Ambiente	427	213	EM EXECUÇÃO
GERENC. INTEG. BACIA ALTO PARAGUAI II/CONSERV. BIODIV. ECOSS. AQUÁTICOS II / BACIA DO PARAGUAI II	GEF/OEA/PNUMA	DD	CO/MS e MT	M. do Meio Ambiente	14.942	6.840	EM EXECUÇÃO
GERENC. INTEG. REC. HÍDRICOS BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO II/ZONA COSTEIRA / BACIA DO SÃO FRANCISCO II	GEF/BIRD/OEA	DD	CO/NE/SD	M. do Meio Ambiente	19.594	13.255	EM EXECUÇÃO
PROMOÇÃO MELHORES PRÁTICAS CONSERVAÇÃO/USO SUST.BIODIV. REG. ÁRIDAS/SEMI-ÁRIDAS	GEF	DD	NE/Semi-Árido	M.Ciência e Tecnologia	900	750	EM EXECUÇÃO
PROTEÇÃO AMBIENTAL E DESENV. SUST. DO SISTEMA AQUÍFERO GUARANI / AQUÍFERO GUARANI	GEF	DD	REGIONAL/SL/SD/CO	M. do Meio Ambiente	26.760	13.400	EM EXECUÇÃO
DEMONSTRAÇÕES DE MANEJO INTEGRADO DE ECOSISTEMAS E DE BACIAS HIDROGRÁFICAS NO BIOMA CAATINGA	GEF	DD	NE/SEMI-ÁRIDO	M. do Meio Ambiente	26.260	4.000	ASSINATURA
ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PROSANEAR - PAT - PROSANEAR / PROSANEAR II	BIRD	FF	NA	Ministério das Cidades	42.900	23.900	EM EXECUÇÃO
MODERNIZAÇÃO DAS CIAS. DE SANEAMENTO (PMSS II) - UNIÃO / PMSS II - UNIÃO (Programa 0310 na ação 3955)	BIRD	FF	NA	Ministério das Cidades	26.000	25.000	EM EXECUÇÃO
DESPOLUIÇÃO DO RIO TIETÊ - 2ª FASE / TIETÊ - 2ª ETAPA	BID-OC	FF	SD/SP	Estado SP	400.000	200.000	EM EXECUÇÃO
CONTROLE AMBIENTAL / CONTROLE POLUIÇÃO RIO TIETÊ / POLUIÇÃO TIETÊ	KfW	DD	SD/SP	Estado SP	9.830	4.630	EM EXECUÇÃO

PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO PARANÁ / SANEAMENTO-PARANÁ	JBIC/AOD	FF	SL/PR	Estado PR	390.800	234.500	EM EXECUÇÃO
PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DOS MANANCIAIS DA BACIA HIDROG. DO ALTO TIETÊ / DOAÇÃO TIETÊ	WB-JG	DD	SD/SP	Estado SP	1.012	862	EM EXECUÇÃO
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO RIO PARAIBUNA/JUIZ DE FORA (MG) / JUIZ DE FORA	BID-OC	FF	SD/Juiz de Fora	Município de Juiz de Fora	36.750	19.250	NEGOCIAÇÃO DO CONTRATO
PROGRAMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO DA CIDADE DE NATAL / SANEAMENTO NATAL	KfW	FF	NE/RN	Estado RN/CAERN	20.421	13.611	ASSINATURA
NOME DO SETOR / PROJETO / APELIDO	Fonte Financiamento / Doação	Tipo Financiamento / Doação	Abrangência	MUTUÁRIO	Custo Total do Projeto	Valor do Financiamento	FASE
PROGRAMA DE MELHORIA E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO NA REGIÃO DA BACIA RIO PARANÁ / SANEAMENTO BÁSICO-MATO GROSSO DE SUL	FONPLATA	FF	CO/MS	Estado MS	8.500	6.800	NEGOCIAÇÃO DO CONTRATO
MODERNIZAÇÃO DAS CIAS. DE SANEAMENTO (PMSS II) - BNDES / PMSS II - BNDES (não está incluída, ainda, no PPA 2004/2007)	BIRD	FF	NA	BNDES	60.000	30.000	NEGOCIAÇÃO DO CONTRATO
REVITALIZAÇÃO URBANA E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO Córrego Rico - Rico Limpo	FONPLATA	FF	Município de Jaboticabal - SP	Município de Jaboticabal - SP	15.000	9.000	EM PREPARAÇÃO
REVITALIZAÇÃO URBANA E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO Córrego Rico - Rico Limpo / DOAÇÃO	WB-JG	DD	Município de Jaboticabal - SP	Município de Jaboticabal - SP	800	800	EM PREPARAÇÃO
PROGRAMA DE SANEAMENTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PROJETO ÁGUAS LIMPAS - 2ª FASE	BIRD	FF	SD/Estado ES	CESAN	62.316	36.000	ASSINATURA/NEGOCIAÇÃO DO CONTRATO
RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO RIO UBERABA E REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO	BIRD	FF	SD/MG	Município de Uberaba	26.170	15.700	EM PREPARAÇÃO
DOAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO RIO UBERABA	WB-JG	DD	SD/MG	Município de Uberaba	555	500	EM PREPARAÇÃO
TOTAL					2.092.336	1.270.333	

Fonte: SEAIN/MP até 16.08.2004

Tabela 11 - ABORDAGEM 1 e 2 – Doações e Financiamentos Externos – Projetos Internacionais

ABORDAGEM 1 E 2 - DESENVOLVIMENTO E USOS MÚLTIPLOS DE RECURSOS HÍDRICOS E GERENCIAMENTO E CONTROLE DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE							
US\$ MIL							
NOME DO SETOR / PROJETO / APELIDO	Fonte Financiamento / Doação	Tipo Financiamento / Doação	Abrangência	MUTUÁRIO	Custo Total do Projeto	Valor do Financiamento	FASE
SANEAMENTO BÁSICO NO DF - 1ª FASE / SANEAMENTO-DISTRITO FEDERAL	BID-OC	FF	CO/DF	DF	260.000	130.000	EM EXECUÇÃO
PROGRAMA NOVA BAIXADA - URBANIZAÇÃO DE BAIRROS DA BAIXADA FLUMINENSE / NOVA BAIXADA	BID-OC	FF	SD/RJ	Estado RJ	300.000	180.000	EM EXECUÇÃO
PROGRAMA DE DESPOLUICAO DA BACIA DO RIO TIETÊ / DESPOLUIÇÃO TIETÊ	JBIC/AOD	FF	SD/SP	Estado SP	619.400	371.700	EM EXECUÇÃO
PROG. DE RECUPERAÇÃO A. DOS FUNDOS DE VALE E DOS CÔRREGOS EM LEITO NATURAL DE BH / DRENURBS - 1ª FASE	BID-OC	FF	SD/Belo Horizonte	Município de Belo Horizonte	84.150	46.500	EM EXECUÇÃO / NEGOCIAÇÃO DO CONTRATO
PROGRAMA DE SANEAMENTO BASICO RURAL DO ESTADO DO CEARA - 2ª FASE / SANEMANETO CEARÁ II	KfW	FF	NE/CE	Estado CE	17.977	8.056	ASSINATURA
SANEAMENTO FORTALEZA - SANEAR II - 1ª FASE / SANEAR II - 1ª FASE	BID-OC	FF	NE/CE	CACEG E-CE	203.000	121.800	ASSINATURA
SABESP - PROGRAMA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA / BAIXADA SANTISTA	JBIC/AOD	FF	SD/SP	SABESP/SP	367.927	200.000	ASSINATURA
PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL	BIRD	FF	CO/DF	CAESB/DF	115.286	57.643	EM PREPARAÇÃO
TOTAL					1.967.740	1.115.699	

Fonte: SEAIN/MP até 16.08.2004

3. ANÁLISE: O CONTEXTO DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL E A EFETIVIDADE PARA O SETOR DE RECURSOS HÍDRICOS

A análise do contexto da atuação governamental a partir do diagnóstico realizado, busca informar e comparar as tendências com base no desempenho histórico da execução orçamentária, no período 2000 a 2003, bem como avaliar o grau de inserção dos temas relacionados aos recursos hídricos na atuação nacional, a partir da alocação e priorização dos recursos federais no PPA 2004-2007, por órgãos, funções de Governo, setores e Regiões.

A Lei do Plano Plurianual – PPA para o período 2004-2007, aprovou R\$1.546,7 bilhão, dos quais R\$1.403,1 bilhão de recursos fiscal/seguridade social, sendo R\$ 1.269,8 bilhão com despesas correntes, R\$133,3 bilhões com despesas de capital e R\$143,5 bilhões com investimentos das Empresas Estatais. As ações orçamentárias estão programadas em R\$110,9 bilhões para projetos, R\$411,9 bilhões para atividades e R\$1.023,8 bilhão para operações especiais.

3.1 COMPOSIÇÃO GLOBAL DOS ORÇAMENTOS

3.1.1 Programação por Poder e Órgão

As despesas previstas na Lei Orçamentária Anual 2004, por Órgão, Função, Região, Unidade Federada, Grupos de Despesa e segundo a transversalidade entre recursos hídricos e os órgãos de governo são apresentadas a seguir na Tabela 12.

A **Tabela 12 – Despesas em 2004 por Poder e Órgão** demonstra a alocação do gasto nos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, outros encargos, fundos constitucionais e a reserva de contingência, dos orçamentos fiscal, seguridade social e investimento estatal.

Outros Encargos representam o maior volume de gastos do orçamento que chegam a R\$ 1,1 trilhão, ou seja, 75,4% do total de R\$ 1,5 trilhão. O Poder Executivo detém 22,3% do total das despesas orçamentárias previstas para 2004, no valor de R\$ 335,6 bilhões. Deste total, cerca de 17% ou R\$ 57,5 bilhões representam as despesas dos Ministérios com maior transversalidade na área de recursos hídricos.

Tabela 12 – Despesas em 2004 por Poder e Órgão

Em R\$Mil			
PODER E ÓRGÃO	LEI 2004 (A)	% A/C	% A/B
Câmara dos Deputados	2.185.392	0,15	-
Senado Federal	1.817.276	0,12	-
PODER LEGISLATIVO	4.002.668	0,27	-
Tribunal de Contas da União	632.870	0,04	-
Supremo Tribunal Federal	223.667	0,01	-
Superior Tribunal de Justiça	431.482	0,03	-
Justiça Federal	4.601.032	0,31	-
Justiça Militar da União	185.493	0,01	-
Justiça Eleitoral	2.311.983	0,15	-
Justiça do Trabalho	5.877.944	0,39	-
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	716.755	0,05	-
PODER JUDICIÁRIO	14.981.226	1,00	-
Gabinete da Presidência da República	766.341	0,05	0,23
Gabinete da Vice-Presidência da República	4.353	0,00	0,00
Advocacia-Geral da União	634.590	0,04	0,19
Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	125.368	0,01	0,04
Secretaria Especial de Direitos Humanos	72.566	0,00	0,02
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	26.192	0,00	0,01
Gab. Min. Est. Ext.de Seg. Alimentar e Combate à Fome	417.095	0,03	0,12
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	89.071	0,01	0,03
Controladoria-Geral da União	160.553	0,01	0,05
Sec. Esp. de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	17.272	0,00	0,01
Secretaria Executiva do Programa Bolsa-Família	4.564.953	0,30	1,36
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	7.513.758	0,50	2,24
Ministério da Ciência e Tecnologia	3.777.219	0,25	1,13
Ministério da Fazenda	11.848.963	0,79	3,53
Ministério da Educação	17.303.145	1,15	5,16
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	924.447	0,06	0,28
Ministério da Justiça	4.009.369	0,27	1,19
Ministério de Minas e Energia	31.594.070	2,10	9,41
Ministério da Previdência Social	129.501.707	8,62	38,59
Ministério Público da União	1.492.823	0,10	0,44
Ministério das Relações Exteriores	1.285.155	0,09	0,38
Ministério da Saúde	36.528.670	2,43	10,88
Ministério do Trabalho e Emprego (Exclusive PIS, PASEP)	21.068.006	1,40	6,28
Ministério Transportes (Exclusive Fundo Marinha Mercante)	8.437.204	0,56	2,51
Ministério das Comunicações	2.863.208	0,19	0,85
Ministério da Cultura	464.456	0,03	0,14
Ministério do Meio Ambiente	1.517.519	0,10	0,45
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	5.177.460	0,34	1,54
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.521.010	0,10	0,45
Ministério do Esporte	358.201	0,02	0,11
Ministério da Defesa	28.161.026	1,87	8,39
Min. Integ. Nacional (Exclusive Fundos Constitucionais)	2.133.159	0,14	0,64
Ministério do Turismo	494.903	0,03	0,15
Ministério da Assistência Social	8.188.856	0,55	2,44
Ministério das Cidades	2.568.177	0,17	0,77
PODER EXECUTIVO (B)	335.610.865	22,34	100,00
Encargos Financeiros da União	183.712.502	12,23	-
Transf. a Estados, D.F. e Municípios (Exclusive Transferências Constitucionais)	20.565.074	1,37	-
Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	851.820.666	56,71	-
Operações Oficiais de Crédito	23.955.141	1,59	-
Transferências Constitucionais	52.988.507	3,53	-
OUTROS ENCARGOS	1.133.041.890	75,43	-
Ministério da Integração Nacional (Fundos Constitucionais)	3.267.664	0,22	-
Ministério do Trabalho e Emprego (Conforme o Disposto no Art. 239 Parágrafo I da Constituição)	6.266.171	0,42	-
Ministério dos Transportes (Fundo da Marinha Mercadante)	301.755	0,02	-
FUNDOS CONSTITUCIONAIS	9.835.590	0,65	-
Reserva de Contingência	4.656.773	0,31	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.656.773	0,31	-
TOTAL GERAL (C)	1.502.129.012	100,00	37

(*) Inclui os orçamentos das esferas fiscal, seguridade social e investimento estatal.

Na **Tabela 13 – Recursos Hídricos e a Transversalidade Institucional por Abordagem** foram considerados o total das despesas com as Abordagens 1 e 2, por Ministério e Secretaria Especial, que possuem forte e considerável relação com a área de recursos hídricos, totalizando R\$ 41.089.915.000,00, Deste total, cerca de R\$ 34,2 bilhões representam o montante dos Programas e Ações selecionados como Abordagem 1, o que significa que 83% do total dos recursos considerados prioritários vem sendo e serão destinados ao desenvolvimento e usos múltiplos de recursos hídricos. A Abordagem 2 totaliza cerca de R\$ 6,9 bilhões, o que significa que 17% do total dos recursos selecionados e considerados prioritários vem sendo e serão aplicados no gerenciamento e controle de recursos hídricos e meio ambiente.

Na Abordagem 1 os gastos estão concentrados na área de minas e energia (46%) e integração nacional (23%), enquanto que na Abordagem 2 se dão em maior quantidade no meio ambiente (40%) e no desenvolvimento urbano (29%). Se analisar a soma das Abordagens, os gastos são proporcionalmente maiores nas áreas de minas e energia com R\$ 15,8 bilhões (39%), integração nacional com R\$ 8,7 bilhões (21%), desenvolvimento urbano com R\$ 5,1 bilhões (12%), desenvolvimento agrário com R\$ 3,4 bilhões (8%) e meio ambiente com R\$ 3,3 bilhões (8%).

Tabela 13 – Recursos Hídricos e a Transversalidade Institucional por Abordagem

MINISTÉRIOS E ÓRGÃOS	Abordagem 1 (A)	%	Abordagem 2 (B)	%	Total Abordagens (C=A+B)	%
Ministério do Meio Ambiente	486.469	1,42	2.789.471	40,44	3.275.940	7,97
Ministério da Integração Nacional (Inclusive Fundos Constitucionais)	7.911.547	23,14	833.025	12,08	8.744.572	21,28
Ministério das Cidades	3.116.597	9,12	1.987.535	28,81	5.104.132	12,42
Ministério de Minas e Energia	15.640.702	45,74	207.348	3,01	15.848.050	38,57
Ministério da Ciência e Tecnologia		0,00	311.046	4,51	311.046	0,76
Ministério da Defesa	23.350	0,07		0,00	23.350	0,06
Ministério da Saúde	426.879	1,25	17.241	0,25	444.120	1,08
Ministério dos Transportes	1.226.953	3,59		0,00	1.226.953	2,99
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	364.754	1,07		0,00	364.754	0,89
Ministério do Turismo	1.829.229	5,35		0,00	1.829.229	4,45
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	180.835	0,53	105.446	1,53	286.281	0,70
Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão	1.314	0,00	244.967	3,55	246.281	0,60
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.978.777	8,71	401.969	5,83	3.380.746	8,23
Ministério do Desenv., Indústria e Comércio Exterior	4.461	0,01		0,00	4.461	0,01
SUBTOTAL ÁREAS PRIORITÁRIAS	34.191.867	100,00	6.898.048	100,00	41.089.915	100,00
%	83,21		16,79		100,00	

3.1.2 Programação por Função de Governo

Na Tabela 14 apresenta-se por Função de Governo, a execução das despesas, ano a ano – 2000 a 2003 – e a previsão de gasto para o ano de 2004.

A análise das funções segundo as áreas prioritárias para os recursos hídricos – gestão ambiental e saneamento – demonstram que a aplicação de recursos em 2001 (R\$21,0 bilhões) foi 8% (R\$1,6 bilhão) maior que a de 2000 (R\$19,4 bilhões) e que em 2002 (R\$30,4 bilhão) decresceu 44,5% (R\$9,3 bilhões) em relação a 2001.

Em 2003, a execução nas áreas prioritárias (R\$21,1 milhão) teve um decréscimo de 30,3% (R\$9,2 bilhões) em relação a 2002, um acréscimo de 0,7% (R\$144,4 milhões) em relação ao ano de 2001, e de 8,9% (R\$1,7 bilhão) em relação ao ano de 2000.

Em 2004, as áreas prioritárias cuja transversalidade verifica-se em maior grau com a área de recursos hídricos, contaram com recursos da ordem de R\$49,7 bilhões que representam 3,3% do total dos Orçamentos Fiscal, Seguridade Social e Estatal previstos no valor de R\$1,5 trilhão.

Com relação aos setores em que a transversalidade com a área de recursos hídricos ocorre em menor grau – defesa nacional, justiça, saúde, assistência social, organização agrária, cultura, educação e a reserva de contingência – os investimentos realizados, por função, obtiveram um crescimento razoável nos dois primeiros anos, chegando a 14,5% em 2001, 10,1% em 2002 e, um decréscimo de 6,5% em 2003. Para o ano de 2004 estão previstos investimentos de R\$96,1 bilhões, ou seja, 6,4% do total do Orçamento da União.

Tabela 14 – Despesa (*) por Função de Governo
Executado 2000 a 2003 - Previsto 2004 a 2007 Em R\$Mil

FUNÇÃO	EXECUTADO							LEI	%
	2000	2001	% Ac.	2002	% Ac.	2003	% Ac.	2004	
Gestão Ambiental	1.138.986	1.899.298	66,8	1.264.879	(33,4)	947.748	(25,1)	1.297.410	0,09
Saneamento	161.088	233.418	44,9	97.143	(58,4)	58.683	(39,6)	184.991	0,01
Energia	8.407.348	7.636.260	(9,2)	16.289.917	113,3	8.589.137	(47,3)	29.393.845	1,96
Ciência e Tecnologia	1.245.105	1.592.153	27,9	1.507.248	(5,3)	1.993.221	32,2	2.597.986	0,17
Transporte	3.385.296	4.163.002	23,0	5.700.035	36,9	3.056.983	(46,4)	4.220.603	0,28
Agricultura	5.083.305	5.483.376	7,9	5.501.357	0,3	6.506.168	18,3	11.972.178	0,80
ÁREAS PRIORITÁRIAS	19.421.128	21.007.507	8,2	30.360.579	44,5	21.151.940	(30,3)	49.667.013	3,31
Defesa Nacional	10.634.128	11.891.509	11,8	12.616.517	6,1	11.570.134	(8,3)	11.951.909	0,80
Essencial à Justiça	679.352	859.504	26,5	1.043.700	21,4	1.356.059	29,9	1.830.002	0,12
Saúde	20.271.992	23.636.872	16,6	25.436.743	7,6	27.171.841	6,8	33.099.374	2,20
Assistência Social	4.441.599	5.298.265	19,3	6.513.150	22,9	8.416.352	29,2	13.171.487	0,88
Organização Agrária	1.093.366	1.329.931	21,6	1.380.606	3,8	1.429.517	3,5	1.908.113	0,13
Cultura	238.218	278.092	16,7	239.526	(13,9)	231.342	(3,4)	417.126	0,03
Educação	10.616.351	11.637.327	9,6	13.222.732	13,6	14.224.254	7,6	13.852.007	0,92
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	-	19.849.417	1,32
ÁREAS C/ TRANSVERSALIDADE	47.975.006	54.931.500	14,5	60.452.974	10,1	64.399.499	6,5	96.079.435	6,40
Administração	6.655.193	7.309.670	9,8	8.279.550	13,3	7.375.055	(10,9)	11.817.329	0,79
Comunicações	737.999	730.618	(1,0)	844.784	15,6	821.545	(2,8)	1.369.614	0,09
Desporto e Lazer	173.817	297.834	71,3	264.677	(11,1)	159.852	(39,6)	357.890	0,02
Direitos da Cidadania	406.612	584.420	43,7	411.264	(29,6)	394.444	(4,1)	595.005	0,04
Encargos Especiais	434.587.837	394.559.866	(9,2)	434.925.855	10,2	614.092.502	41,2	1.142.602.352	76,07
Habitação	1.606.894	357.134	(77,8)	127.169	(64,4)	122.255	(3,9)	527.432	0,04
Indústria	327.036	484.445	48,1	427.888	(11,7)	443.549	3,7	3.350.361	0,22
Comércio e Serviços	3.268.404	3.844.416	17,6	2.573.244	(33,1)	2.344.004	(8,9)	6.209.692	0,41
Judiciária	6.478.443	6.715.556	3,7	8.186.926	21,9	8.359.806	2,1	9.793.107	0,65
Legislativa	1.757.003	2.109.472	20,1	2.474.354	17,3	3.075.018	24,3	3.429.522	0,23
Previdência Social	93.426.564	107.547.362	15,1	123.221.490	14,6	145.479.069	18,1	160.742.743	10,70
Relações Exteriores	748.364	925.812	23,7	1.328.092	43,5	1.164.074	(12,3)	1.157.844	0,08
Segurança Pública	2.188.593	2.604.285	19,0	2.202.447	(15,4)	2.405.122	9,2	2.722.409	0,18
Trabalho	6.246.393	7.441.120	19,1	8.477.770	13,9	9.494.835	12,0	10.459.942	0,70
Urbanismo	190.421	491.380	158,0	486.550	(1,0)	342.852	(29,5)	1.247.322	0,08
DEMAIS ÁREAS	558.799.573	536.003.390	(4,1)	594.232.060	10,9	796.073.982	34,0	1.356.382.564	90,30
TOTAL GERAL	626.195.707	611.942.397	(2,3)	685.045.613	11,9	881.625.421	28,7	1.502.129.012	100,00

(*) Liquidado dos orçamentos das esferas: fiscal, seguridade social e investimento estatal

3.1.3 Programação por Região e Unidade Federada

Na **Tabela 15 – Despesas por Região e Unidade Federada** o título *Nacional* refere-se a dotações abrangendo mais de uma região, e a dotação alocada na *Região* representa os valores não especificados por UF.

Do total da Lei, 94,9% serão aplicados em nível Nacional e apenas 4,6% de forma regionalizada. Dos recursos regionalizados que montam mais de R\$687 bilhões, a Região Sudeste receberá R\$25,9 bilhões (37,6%), o que representa a maior parcela dentre as Regiões. Em seguida vem o Nordeste com R\$17,2 bilhões (25,1%), o Centro-Oeste com R\$9,4 bilhões (13,7%), o Sul com R\$8,6 bilhões (12,5%) e, finalmente, o Norte com R\$7,6 bilhões (11,1%).

Tabela 15 – Despesas por Região e Unidade Federada

Em R\$Mil			
Região/Estado	VALOR 2004	%	%
Região Norte	1.284.349	16,8	1,9
Acre	380.980	5,0	0,6
Amapá	797.432	10,4	1,2
Amazonas	1.036.256	13,6	1,5
Pará	2.292.938	30,0	3,3
Rondônia	784.940	10,3	1,1
Roraima	529.861	6,9	0,8
Tocantins	524.832	6,9	0,8
T o t a l Região Norte	7.631.588	100,0	11,1
Região Nordeste	4.208.407	24,4	6,1
Alagoas	894.531	5,2	1,3
Bahia	3.152.820	18,3	4,6
Ceará	1.817.842	10,5	2,6
Maranhão	1.561.304	9,1	2,3
Paraíba	1.130.062	6,6	1,6
Pernambuco	2.015.063	11,7	2,9
Piauí	857.937	5,0	1,2
Rio Grande do Norte	1.032.026	6,0	1,5
Sergipe	570.250	3,3	0,8
T o t a l Região Nordeste	17.240.242	100,0	25,1
Região Sudeste	3.600.494	13,9	5,2
Espírito Santo	1.024.987	4,0	1,5
Minas Gerais	4.799.431	18,6	7,0
Rio de Janeiro	9.131.360	35,3	13,3
São Paulo	7.315.053	28,3	10,6
T o t a l Região Sudeste	25.871.325	100,0	37,6
Região Sul	515.522	6,0	0,7
Paraná	2.268.496	26,4	3,3
Rio Grande do Sul	4.416.830	51,3	6,4
Santa Catarina	1.402.898	16,3	2,0
T o t a l Região Sul	8.603.746	100,0	12,5
Região Centro-Oeste	757.908	8,1	1,1
Distrito Federal	5.844.097	62,2	8,5
Goiás	1.231.615	13,1	1,8
Mato Grosso do Sul	706.145	7,5	1,0
Mato Grosso	852.901	9,1	1,2
Total Região Centro-Oeste	9.392.666	100,0	13,7
Por Localização			-
Regionalizado	68.739.567	4,6	100,0
Nacional	1.425.215.221	94,9	-
Exterior	8.174.224	0,5	-
Total	1.502.129.012	100,0	-

(*) Inclui os orçamentos das esferas fiscal, seguridade social e investimento estatal.

3.2 EVOLUÇÃO COMPARATIVA DOS ORÇAMENTOS DO GOVERNO FEDERAL

Os gráficos abaixo expressam a evolução dos gastos do Governo Federal, exceto reserva de contingência e encargos especiais – fonte SIAF / Câmara dos Deputados.

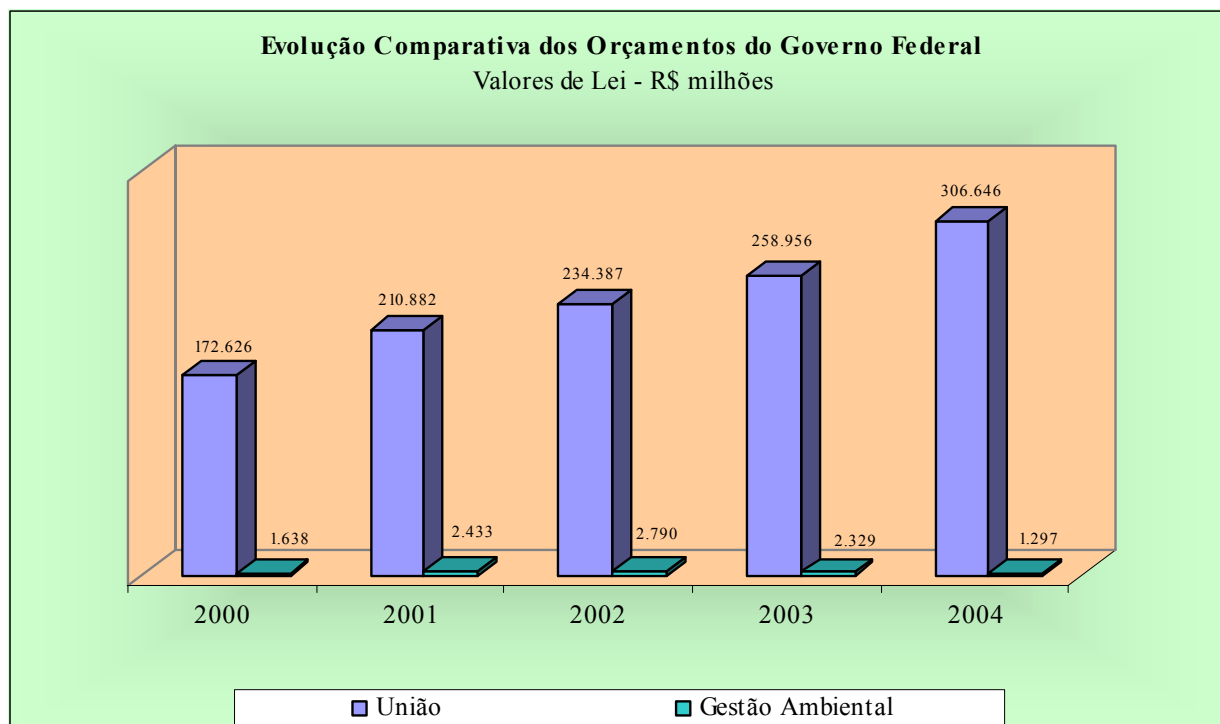


Figura 1 – Evolução Comparativa dos Orçamentos do Governo Federal 2000 a 2004

A evolução da programação orçamentária do Governo Federal mostra um crescimento de 78% no período 2000/2004, de forma linear, passando de R\$ 172 bilhões para R\$ 306 bilhões no período, enquanto a previsão de gastos em ações de gestão ambiental decresce 26%, apresentando uma curva crescente do ano 2000 ao ano 2002 e decrescendo a partir daí, passando de R\$ 1,64 bilhão para R\$ 1,3 bilhão no período.

Na medida em que as pressões pela preservação e conservação do meio ambiente, e, em particular sobre recursos hídricos são crescentes, inclusive por parte das instituições internacionais, o que se constata, ao contrário, pelas programações orçamentárias anuais, é uma redução significativa da capacidade de enfrentamento destas questões.

Faz-se observar, no entanto, que estes números devem ser vistos com certo grau de cautela, na medida em que a classificação das ações por função, tem um certo grau de subjetividade, e podem sofrer alteração do Governo na Função Gestão Ambiental, de um ano para outro.

A Figura 2 abaixo propicia uma visão da situação, em especial do Ministério do Meio Ambiente, Órgão Federal responsável pelas ações de conservação e uso racional dos recursos ambientais, onde os recursos alocados, nas respectivas leis anuais, foram até 2002, inferiores àqueles destinados ao Ministério da Integração Nacional.

Contudo, ocorre a inversão desta situação a partir de 2003, quando o MMA assume a dianteira na alocação de recursos comparativamente ao MI. Isto ocorre não em virtude do aumento dos recursos destinados ao Órgão, mas pela redução daqueles classificados como gestão ambiental

afetos ao MI. Em 2004, o volume de recursos alocados para ações em gestão ambiental aos demais órgãos, deixa de existir.

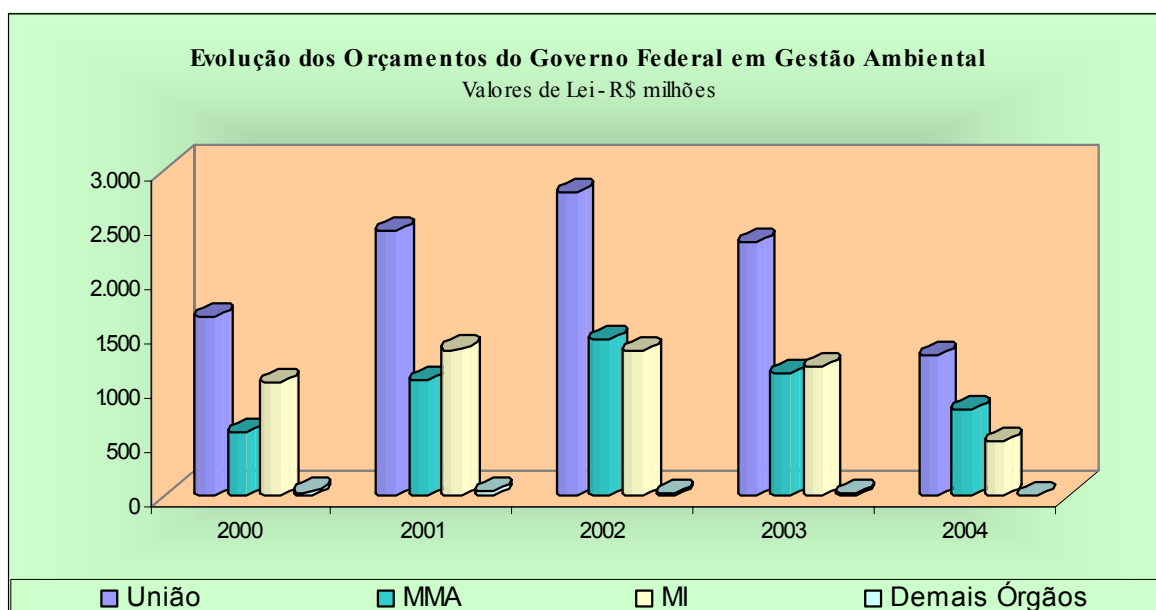


Figura 2 – Evolução dos Orçamentos do Governo Federal em Gestão Ambiental

Na Figura 3 registra-se a evolução da execução orçamentária pelo setor de recursos hídricos comparativamente à totalidade de recursos do Ministério do Meio Ambiente, no âmbito das respectivas Leis Orçamentárias Anuais.

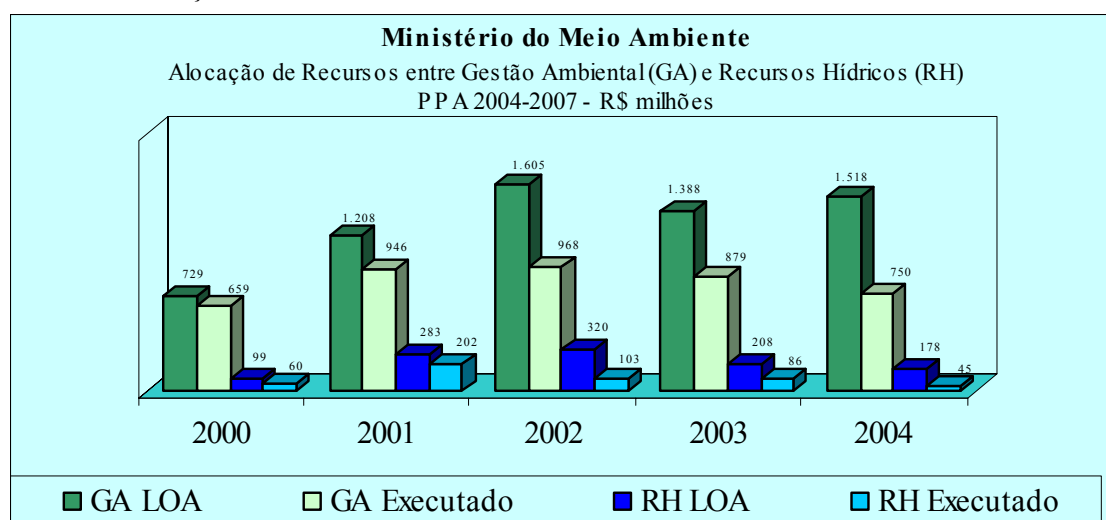


Figura 3 – Orçamento do MMA em Gestão Ambiental e em Recursos Hídricos

Os recursos previstos para a gestão ambiental no âmbito de Governo são decrescentes (2002-2004), observa-se em relação à área de recursos hídricos, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, uma redução ainda maior. O gráfico acima, mostra a evolução dos valores previstos e executados, no âmbito das LOA's anuais de 2000 a 2004 para o MMA, gestão ambiental (GA), em comparação com a previsão de recursos para a Agência Nacional de Águas-ANA e a Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA (RH), estes últimos representados pelos recursos do MMA, classificados na subfunção recursos hídricos.

Há de se destacar, nesse contexto, a peculiar situação em que se encontra a ANA, cuja arrecadação vem apresentando forte crescimento, tanto pela participação na arrecadação do setor

elétrico, quanto pela implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas já estruturadas, enquanto o orçamentário autorizado para sua programação, de forma inversa, decresce.

Em resumo, enquanto os valores de Lei do MMA, gestão ambiental, apresentaram elevação que supera os 9% de 2003 para 2004, passando de R\$ 1.388 milhões para R\$ 1.518 milhões, os valores destinados ao setor de recursos hídricos no Órgão, passaram de R\$ 208 milhões para R\$ 178 milhões, representando uma redução de 14%.

3.3 DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO PPA: Abordagem 1 x Abordagem 2

O montante global de recursos apurado para as duas grandes abordagens adotadas – “DESENVOLVIMENTO E USOS MÚLTIPLOS DE RECURSOS HÍDRICOS” e “GERENCIAMENTO E CONTROLE DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE” atingiu o montante de R\$ 41 bilhões no período do PPA 2004-2007.

Deste total, R\$34,2 bilhões, ou 83%, foram alocados em Programas e Ações que exercem pressões sobre disponibilidade e qualidade da água, integrantes da primeira abordagem.

Para os Programas e Ações que tratam do gerenciamento e controle com vistas à conservação e recuperação de recursos hídricos, constantes da Abordagem 2, foram alocados R\$6,9 bilhões, ou 17% do volume global de recursos, como se depreende do gráfico a seguir:

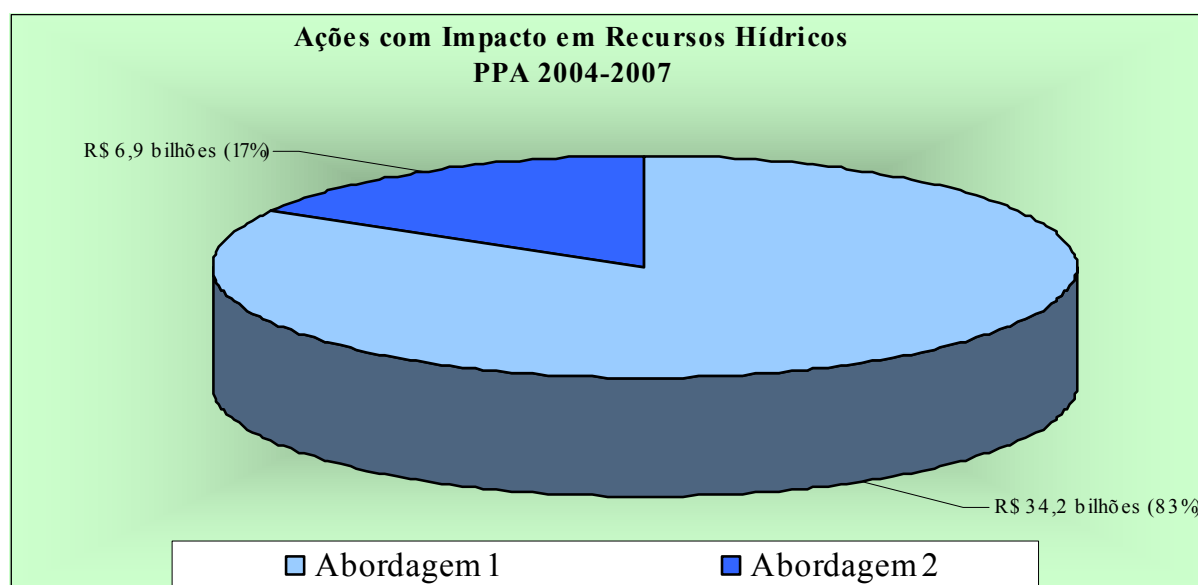


Figura 4 – Ações com Impacto em Recursos Hídricos

A alocação de recursos entre as duas abordagens, demonstra a priorização da política governamental em ações estruturantes que visam o desenvolvimento dos setores relacionados aos usos múltiplos dos recursos hídricos. A avaliação quanto à distribuição destes recursos em nível regional, deverá ser objeto de uma acurada análise no âmbito do PNRH.

A análise quanto à distribuição regional demonstra maior disparidade entre Regiões conforme demonstrado no Gráfico abaixo:

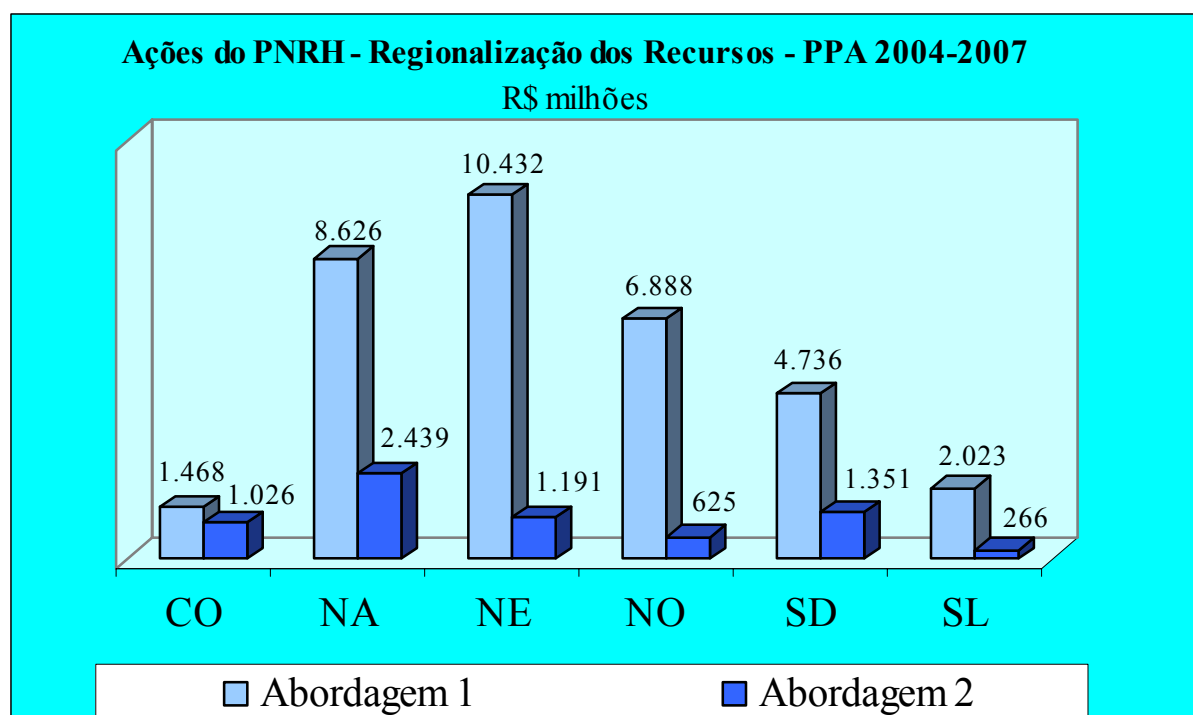


Figura 5 – Ações do PNRH: Regionalização dos Recursos

Na região nordeste, a mais carente em disponibilidade de recursos hídricos no País, a aplicação de recursos em ações que exercem pressão sobre a água chega a quase nove vezes em relação ao volume de recursos previsto para o gerenciamento e controle da água.

Nesse contexto, chama a atenção, entre outros, o Tema 1.2 - Agricultura, com recursos previstos de R\$ 5,6 bilhões, no qual se insere o Sub-tema 1.2.c – Projetos de Irrigação, e o Programa 0379 - Desenvolvimento da Agricultura Irrigada, sob gerenciamento do Ministério da Integração Nacional - MI, que prevê investimentos da ordem de R\$ 1,8 bilhão, no período 2004-2007, em projetos de implantação de perímetros de irrigação, em nível nacional, para uma área irrigada identificada de 382.514 hectares. Destes recursos, R\$ 1,2 bilhão, 67%, destina-se à implantação de 256.671 hectares de perímetros de irrigação identificados na Região Nordeste.

A EMATER-DF aponta a falta de água como um dos grandes problemas enfrentados pelos agricultores irrigantes. Informa que em diversas áreas vem diminuindo a água disponível para irrigar, sugerindo a utilização de sistemas de irrigação mais eficientes e que proporcionem maior economia de água, evitando-se todo tipo de desperdício.

Nesse sentido, cabe uma análise mais apurada, no âmbito do PNRH, quanto as grandes vazões necessárias para atender as metas programadas pelo PPA para os diversos usos, especialmente na Região Nordeste.

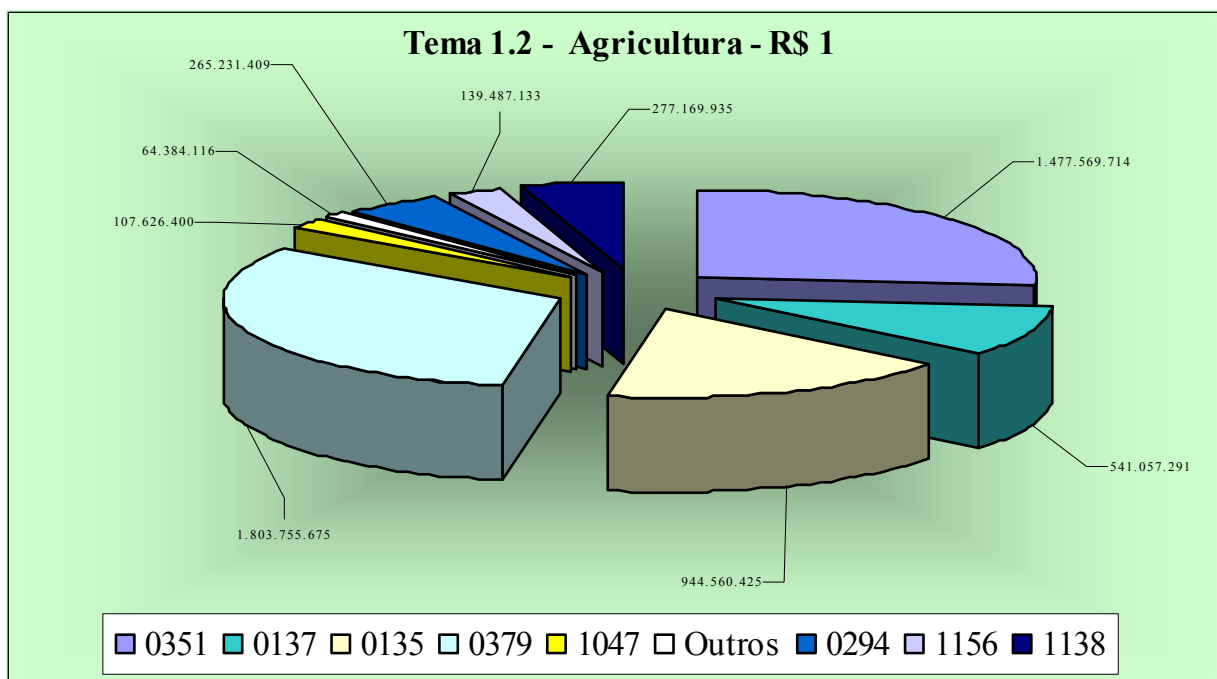


Figura 6 – Tema 1: Agricultura

4. PROPOSIÇÕES: DIRETRIZES PARA CONCEPÇÃO E REFORMULAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS PARA O PNRH

A Formulação de Propostas de Programas e Projeto para o Plano Nacional de Recursos Hídricos deverá estar alicerçada nos preceitos de garantia do “*uso múltiplo, integrado e sustentável dos recursos Hídricos*”, destacando-se os seguintes enfoques estratégicos que permearam as diretrizes para formulação do escopo de Programas Prioritários contemplados pelo PNRH:

- 1) A **Gestão Sustentável da Oferta de água Bruta** visando à promoção do equilíbrio entre a oferta e a demanda de Recursos Hídricos em bases sustentáveis
- 2) O **Fomento ao Uso Múltiplo e Integrado dos Recursos Hídricos** buscando promover o desenvolvimento considerando a sustentabilidade ambiental no planejamento das ações.
- 3) A **Articulação Inter-Setorial e Interinstitucional** visando à convergência e coordenação entre as políticas e planos setoriais, sejam estaduais, municipais ou Federal, e a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Este enfoque é reforçado pelas metas do Governo, direcionadas para o tratamento estratégico no planejamento do desenvolvimento nacional, buscando-se assegurar a qualidade ambiental nas atividades produtivas e a qualidade de vida da população. Há que se desmistificar a idéia de que a gestão ambiental é algo incompatível com o desenvolvimento mas sim entendê-la como perspectiva de soluções socioeconômicas, que garantam com sustentabilidade, o enfrentamento dos paradigmas do combate à pobreza e à exclusão social, sobretudo a geração de trabalho e renda.

Com base nestes preceitos acima ressaltados, cabe enfatizar que os cenários a serem alcançados pelo PNRH estarão condicionados, não apenas a capacidade de proposições e operacionalização

de Programas Governamentais voltados para os setores de gerenciamento de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, temas estes destacados na Abordagem 2 do diagnóstico, mas principalmente na capacidade de integração e incorporação de critérios técnicos e ambientais de sustentabilidade hídrica na formulação dos Programas nos principais setores de desenvolvimento que apresentam interface significativa com os recursos hídricos, cujos temas foram identificados e analisados na Abordagem 1.

Com base no diagnóstico apresentado neste documento, a formulação das diretrizes que deverão nortear a concepção e adequação de Programas e ações visando o atendimento dos cenários do PNRH, deve-se levar em conta os processos estruturais no âmbito dos quais será significativa a introdução e adoção de medidas para implementação das ações do PNRH, quais sejam:

- Avaliação e Revisão dos Programas do Plano Plurianual de Governo
- Articulação Intersectorial e Interinstitucional
- Critérios de Alocação de Recursos
- Instrumentos Econômicos
- Informação

4.1 AVALIAÇÃO E REVISÃO DE PROGRAMAS DO PPA: Incorporação dos Cenários apontados pelo PNRH

A proposta está referendada nas diretrizes governamentais relativas à incorporação da dimensão ambiental no planejamento governamental, a partir da elaboração do PPA 2004-2007, para assegurar ganhos de sustentabilidade socioambiental em todos os Programas e Ações.

A revisão dos Programas constantes do PPA, realizada anualmente, é coordenada pelo Ministério do Planejamento com o envolvimento das demais instituições do Governo Federal, e representa o momento estratégico para a adequação e introdução de novos conceitos, propostas, e da incorporação de Programas e Ações bem como da reformulação de metas, resultados e atributos inseridos no Plano Plurianual de Governo.

As diretrizes emanadas do Plano Nacional de Recursos Hídricos devem ser incorporadas nas revisões e na elaboração do Plano Plurianual de forma a contribuir e estarem direcionadas para a solução e o fortalecimento da implementação do PNRH, destacando-se as seguintes orientações:

- Identificar e aprofundar as interfaces entre os principais Programas setoriais e os relacionados aos recursos hídricos, com vistas ao estabelecimento de diretrizes estratégicas para a revisão dos Programas.

Dentre os Programas setoriais identificados como estratégicos para promover o alcance dos objetivos relacionados no PNRH e que deverão ter suas diretrizes concebidas de forma integrada aos cenários traçados pelo Plano, merece destaque prioritário para aqueles relacionados aos Temas: Saneamento, Agricultura Irrigada, Transporte Hidroviário, Energia Elétrica; Infra-Estrutura Hídrica, Integração de Bacias, Turismo Aquicultura e Pesca, e Mineração.

O aprofundamento das interfaces e do conhecimento relacionado à demanda, impacto ou pressão destes setores sobre os recursos hídricos em cada Região, poderá propiciar ao planejamento uma visão sustentável dos usos múltiplos para os projetos de desenvolvimento do País.

Como escopo básico para esta proposição, com base nos diagnósticos, podemos identificar numa primeira aproximação um escopo prioritário de Programas setoriais a serem trabalhados:

Tabela 16 – Programas Setoriais a serem trabalhados

Código	Principais Programas de Desenvolvimento com Transversalidade com Recursos Hídricos	Órgão
0122	Saneamento Ambiental Urbano	MCid
1287	Saneamento Rural	MS
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-árido - CONVIVER	MI
0379	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	MI
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	MI
0515	Proágua Infra-Estrutura	MI
1025	Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - Promeso	MI
0229	Corredor São Francisco	MT
0231	Corredor Transmetropolitano	MT
0233	Corredor Mercosul	MT
0237	Corredor Araguaia-Tocantins	MT
0639	Segurança da Navegação Aquaviária	MD
1042	Energia nos Sistemas Isolados	MME
0294	Energia na Região Nordeste	MME
0297	Energia na Região Norte	MME
0295	Energia na Região Sul	MME
0296	Energia na Região Sudeste e Centro Oeste	MME
0391	Mineração e Desenvolvimento Sustentável	MME
1166	Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos	MTur
1224	Aqüicultura e Pesca do Brasil	SEAP

- Promover a avaliação ambiental estratégica com foco em recursos hídricos, em particular para os Programas e Ações identificadas como de caráter especial no âmbito da Abordagem nº 1, de forma a propiciar a adequação das propostas e metas previstas; a disponibilidade e oferta de água; bem como as características e as condições de fragilidade e criticidade identificadas em cada Região Hidrográfica.

A atuação conjunta das Ações de investimentos, relacionadas aos Programas de desenvolvimento, estabelecem impactos ou efeitos agregados nas Regiões Hidrográficas que merecem ser avaliados de maneira articulada, através da metodologia de Avaliação Ambiental Estratégica. Neste sentido os Subtemas destacados na Tabela 3, em “asteriscos”, deverão ter foco especial, uma vez que, estão previstos investimentos de monta com reflexos diretos nos recursos hídricos. Estes Subtemas em destaque, estão relacionados com os principais Programas ressaltados no quadro acima, no âmbito dos quais deverão ser selecionadas aquelas Ações de investimentos, para as quais deverá ser implementada a avaliação integrada por Região Hidrográfica.

- Formular estratégias e diretrizes integradas para as ações dos Programas que contribuem para a gestão, o gerenciamento, a conservação e a recuperação dos Recursos Hídricos, relativos às diversas instituições governamentais.

Foi identificado que, nos diversos temas e subtemas relacionados à Abordagem 2, ocorrem ações concorrentes e complementares entre Programas coordenados por instituições diferentes. Neste

aspecto destaca-se em primeiro lugar a necessidade da integração interministerial entre as ações estratégicas do MMA, com ênfase particular nas ações da SRH, da ANA, do IBAMA e do FNMA, no sentido de estabelecer as diretrizes para as Ações relacionadas ao gerenciamento de recursos hídricos, buscando a formulação integrada e articulada dos Programas.

Destacam-se ainda Programas multissetoriais cujo objetivo é convergente com a meta de gerenciamento dos recursos hídricos, devendo estar articulados no sentido da racionalização dos esforços, maximização e eficácia dos resultados. Dentre eles enfatiza-se, em particular, aqueles relacionados à conservação, recuperação, uso racional de recursos hídricos e ao saneamento, vinculados aos Ministérios do Meio Ambiente, Ministério da Integração, CODEVASF, Ministério das Cidades e Ministério da Saúde.

4.2 ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E INTERINSTITUCIONAL

Em geral, os Programas do PPA são norteados por Planos e Diretrizes Setoriais específicas, as quais estabelecem parâmetros para a formulação de Programas de cada setor. Há que se implementar no âmbito nacional uma agenda sócioeconômica-ambiental que oriente o planejamento governamental, propicie o diálogo com o setor produtivo e articule a participação da sociedade em busca do desenvolvimento sustentável. Essa agenda basear-se-á: na incorporação da dimensão ambiental e de recursos hídricos no planejamento estratégico setorial e governamental.

Faz-se preponderante o estabelecimento da vinculação entre os planos que apresentam características intersetoriais no contexto dos recursos hídricos visando à racionalidade e à integração das Ações, promovendo a institucionalização de processos e mecanismos permanentes de articulação interinstitucional, contemplando, ainda, o processo de acompanhamento e avaliação dos resultados.

Para a instituição deste modelo de gestão estratégica, com visão nacional, há que se promover a incorporação de parâmetros nacionais relacionados aos recursos hídricos, configurados através dos pactos intersetoriais e federativo e de mecanismos políticos e técnicos.

- Instituir instância de interlocução permanente entre as principais instituições com interface com os recursos hídricos, com ênfase para as articulações nacionais com os Ministérios identificados no quadro anterior, em especial com os da Integração Nacional, das Cidades, da Saúde, de Minas e Energia;
- Promover mecanismos de articulação intersetorial e interinstitucional - visando à convergência e coordenação entre as Políticas e Planos Setoriais e a Política Nacional de Recursos Hídricos, propiciando a integração entre os Planos de Desenvolvimento Regional, Planejamento Ambiental e o Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- Promover a articulação dos Programas e Projetos Governamentais da União e dos Estados, tendo como referência as diretrizes do Plano Nacional e dos Planos de Bacias;
- Fortalecer o papel do Conselho Nacional de Recursos Hídricos- CNRH, como de articulação das Políticas, dos Projetos e das prioridades levantadas e identificadas nas diferentes instâncias governamentais no âmbito das Bacias Hidrográficas, em conjunto com a atuação dos Comitês de Bacias.

4.3 PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS

O crescimento dos investimentos em Programas que impactam e pressionam o uso e o conflito sobre os recursos hídricos nas áreas de saneamento, infra-estrutura hídrica, irrigação e outros, devem refletir em ampliação dos orçamentos dos Programas voltados para a gestão de recursos hídricos, no sentido de se garantir a sustentabilidade dos investimentos em projetos de desenvolvimento.

- Ampliar proporcionalmente, nos orçamentos, os recursos para Programas voltados para a gestão de recursos hídricos, em relação aos investimentos em Programas que impactam e pressionam o uso e o conflito sobre a água, buscando garantir a sustentabilidade dos investimentos e dos usos múltiplos em projetos de desenvolvimento;
- Fortalecer os investimentos e a disponibilidade das receitas vinculadas ao setor de recursos hídricos (diretrizes para a cobrança e a compensação financeira pela geração de energia elétrica da União e dos estados).

4.4 INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA A SUSTENTABILIDADE HÍDRICA EM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

A consolidação da visão de sustentabilidade perpassará pela utilização, em ampla escala, de instrumentos econômicos em complemento aos mecanismos de comando e controle que permita conciliar a internalização dos custos da utilização dos recursos ambientais com a viabilidade econômica dos empreendimentos, a partir de uma ampla discussão entre governo, agentes econômicos privados e sociedade.

Nesse sentido, deverão ser ampliados os mecanismos fiscais e tributários, bem como a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, e o estímulo ao resultado de projetos que contribuam para promover o desenvolvimento sustentável, com destaque para:

- Implementar junto aos projetos e aos mecanismos creditícios, em particular nas linhas voltadas para os financiamentos de empreendimentos nos setores identificados neste documento, o uso de critérios de sustentabilidade ambiental e hídrica, especialmente no âmbito das agências financeiras do Governo: BNDES, BASA, BB, CAIXA, BNB; fundos constitucionais, FCO, FNE, FNO; Agências de Desenvolvimento Regionais: ADA, Adene/Sudene, Suframa;
- Promover projetos com utilização de incentivos e estímulos, inspirado no modelo de pagamento pelo RESULTADO relativo à adimplência ambiental, utilizando a experiência do Projeto de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, e do Produtor de Água, visando criar uma situação favorável para incorporação progressiva desta concepção pelas Agências Financeiras;
- Incrementar o processo de cobrança pelo uso de recursos hídricos em bacias hidrográficas como forma de propiciar o reconhecimento do valor do recurso e promover a regularização dos usos na bacia;
- Incorporar critérios de sustentabilidade hídrica e ambiental como condicionantes a formalização de Acordos de Ingressos Internacionais para os setores de desenvolvimento levantados na Abordagem 1 deste documento.

4.5 INFORMAÇÕES INTEGRADAS SOBRE RECURSOS HÍDRICOS: Base de Referência para Integração de Programas e Projetos

- Implementar mecanismos para compatibilizar sistemas de informações dos Programas, referenciadas geograficamente por Unidades da Federação e Região, com o recorte territorial de Bacia Hidrográfica e Regiões Hidrográficas, adotado pelos Programas e Planos de Recursos Hídricos;
- Incluir no âmbito do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, mecanismos para a articulação de informações e dados sobre programas e investimentos das diversas esferas governamentais e do setor privado nas bacias hidrográficas, promovendo a descentralização e a difusão dos dados;

Para equacionar os problemas e vulnerabilidades diagnosticados e aproveitar as oportunidades evidenciadas, colocam-se para discussão e detalhamento posterior no Plano Nacional de Recursos Hídricos, as diretrizes e análises procedidas neste documento, as quais estão estruturadas nos âmbitos de atuação nacional devendo ser complementadas para os níveis regional estadual e local.

A concepção de Propostas para este tópico deverá estabelecer um panorama cronológico no encadeamento dos processos, programas e projetos, norteando-se pelo caráter de prioridades, oferecendo subsídios à previsão de metas específicas para o equacionamento dos problemas emergenciais na área de recursos hídricos, e com perspectivas de obtenção de resultados efetivos, através de ações de curto, médio e longo prazos, compatibilizadas com as Ações de Governo em curso nos diferentes Ministérios.



**MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE**

